

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE CONSOLIDADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2004

Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa

Capital Social: 672.000.000 € No de Pessoa Colectiva: 500 722 900

Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731

INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE CONSOLIDADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2004

SUMÁRIO:

- Relatório de Gestão Sobre a Actividade Consolidada do 1º Semestre de 2004
- Balanço Consolidado
- Demonstração Consolidada dos Resultados
- Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e Anexo
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- Valores Mobiliários emitidos pela Sociedade e detidos pelos Orgãos Sociais
- Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas
- Relatório da Revisão Limitada elaborado por Auditor registado na CMVM sobre a Informação Semestral

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Capital Social: 672.000.000 €
Nº de Pessoa Colectiva: 500 722 900
Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731

RELATÓRIO DE GESTÃO SOBRE A ACTIVIDADE CONSOLIDADA DO 1º SEMESTRE DE 2004

1. Enquadramento Macroeconómico

De Abril a Junho de 2004, o ritmo de expansão da economia da zona euro, embora ligeiramente inferior, em termos de variação trimestral, ao dos primeiros três meses do ano (0,5% naquele período contra 0,6% neste último), traduziu-se num crescimento homólogo do PIB (2,0%) que há muito (desde o primeiro trimestre de 2001) não se verificava. As exportações constituíram o principal motor do referido crescimento, já que tanto o consumo privado como, sobretudo, o investimento, evoluíram a taxas bem menos favoráveis. Para o segundo semestre, é esperado um desempenho semelhante, o que deverá permitir um nível de crescimento anual do PIB em torno dos 2%.

Nos EUA, após um segundo trimestre muito positivo (com taxas de variação do produto de 2,8% relativamente aos primeiros três meses do ano e de 4,8% em termos homólogos), os últimos indicadores disponíveis apontam para uma evolução mais moderada da actividade económica, devido, sobretudo, ao provável abrandamento da procura externa (o Japão cresceu menos do que o esperado no período de Abril a Junho e a economia chinesa começa a evidenciar alguns sinais de arrefecimento).

Portugal, que continua a ser o principal mercado da CIMPOR, registou, no trimestre, um crescimento homólogo de 1,5% (contra apenas 0,3% no três meses anteriores), o que coloca a variação semestral do PIB, comparativamente aos primeiros seis meses de 2003, em 0,9%. Esta evolução foi essencialmente determinada pela procura interna (cujo crescimento, em termos homólogos, atingiu os 2,7% no período de Abril a Junho), com todas as suas componentes a intensificarem os respectivos ritmos de crescimento. No sector da construção, após um semestre em que o consumo de cimento foi praticamente idêntico ao registado nos primeiros seis meses do ano transacto, persiste ainda alguma indefinição, com as melhorias registadas no segmento das obras públicas a serem contrabalançadas por algum pessimismo na área da habitação.

2. Volume de Negócios

À excepção de Portugal e do Egipto, todos os restantes mercados onde o Grupo CIMPOR desenvolve a sua actividade evoluíram positivamente neste primeiro semestre de 2004.

De Janeiro a Junho do corrente ano, as vendas de cimento e clínquer efectuadas pelo Grupo totalizaram mais de 9,3 milhões de toneladas, registando um aumento de 3,8% em relação ao período homólogo do ano anterior. Em termos relativos, as Áreas de Negócios de Portugal, África do Sul e, sobretudo, Espanha, com crescimentos de 9,1%, 8,4% e 18,6%, respectivamente, foram as que mais contribuíram para esta evolução, contrastando com a diminuição de 7,0% verificada no Egipto. No caso específico de Portugal, o volume de vendas alcançado é explicado pelo facto de as exportações de cimento e, principalmente, clínquer (incluindo as vendas intra-Grupo efectuadas para

Espanha) terem mais do que duplicado, já que as vendas de cimento no mercado interno acusaram uma queda da ordem dos 2,1%.

Vendas de Cimento e Clínquer

(em milhares de toneladas)

Áreas de Negócios	1º Sem. 2004	1º Sem. 2003	Var. %
Portugal	3 120	2 860	9,1
Espanha	2 068	1 743	18,6
Marrocos	400	394	1,4
Tunísia	744	757	(1,7)
Egipto	1 019	1 095	(7,0)
Brasil	1 634	1 571	4,0
Moçambique	283	271	4,2
África do Sul	518	478	8,4
(Intra-Grupo)	(510)	(235)	-
Total Consolidado	9 277	8 937	3,8

As vendas de betão registaram um crescimento significativo (18,6%), com particular destaque para a Área de Negócios de Espanha, onde, devido sobretudo à aquisição de novas centrais, aumentaram quase 50%. Em contrapartida, e em consequência da retracção do mercado português, as vendas de agregados diminuíram, ao nível do Grupo, cerca de 2,5%. Quanto às vendas de argamassas, em clara expansão tanto em Portugal como em Espanha, ultrapassaram as 240 mil toneladas, aumentando 11,2%.

Vendas de Betão, Agregados e Argamassas

Produto / Área de Negócios	1º Sem. 2004	1º Sem. 2003	Var. %
Betão (1 000 m3)			
Portugal	1 844	1 749	5,4
Espanha	1 209	814	48,6
Out. Áreas de Negócio	236	211	11,8
Total	3 289	2 774	18,6
Agregados (1 000 ton)			
Portugal	3 754	4 362	(13,9)
Espanha	1 701	1 257	35,3
Marrocos	120	99	20,9
Total	5 575	5 718	(2,5)
Argamassas (1 000 ton)	242	218	11,2

O Volume de Negócios do Grupo, neste primeiro semestre de 2004, cifrou-se, em termos consolidados, em 678 milhões de euros, registando um crescimento de 3,7% relativamente ao valor obtido no período homólogo do ano anterior. Excluindo as transacções intra-Grupo, há a salientar o aumento significativo dos contributos, para este indicador, das Áreas de Negócios de Espanha e da África do Sul, com variações positivas de 25,6 milhões de euros e 8,3 milhões de euros, respectivamente, a par da evolução, igualmente favorável, das Áreas de Negócios do Egipto e de Moçambique, onde a importância das vendas efectuadas ultrapassou em 12,0% e 24,1%, respectivamente, os valores registados nos primeiros seis meses de 2003.

No caso específico do Egipto, o referido crescimento, devendo-se exclusivamente à recuperação do nível de preços (as quantidades vendidas diminuíram cerca de 7% e a moeda local, em termos de câmbio médio do período, desvalorizou, face ao euro, perto de 18%), assume particular importância, já que permite antecipar uma subida significativa do respectivo Volume de Negócios, aquando da retoma do mercado.

Quanto às reduções verificadas nos contributos, tanto de Portugal como do Brasil, para o Volume de Negócios do Grupo (em ambos os casos cerca de 9,7 milhões de euros), ficaram essencialmente a dever-se à menor quantidade de produtos vendidos no mercado interno e à descida dos preços de venda em moeda local, respectivamente.

Contributos para o Volume de Negócios *

(valores em milhões de euros)

Áreas de	1º Semes	tre 2004	1º Semes	tre 2003	Varia	ção
Negócios	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	267,9	39,5	277,7	42,4	(9,7)	(3,5)
Espanha	165,7	24,4	140,0	21,4	25,6	18,3
Marrocos	25,9	3,8	26,2	4,0	(0,2)	(0,9)
Tunísia	26,8	3,9	27,4	4,2	(0,6)	(2,3)
Egipto	28,6	4,2	25,5	3,9	3,1	12,0
Brasil	96,6	14,2	106,3	16,2	(9,7)	(9,2)
Moçambique	22,5	3,3	18,1	2,8	4,4	24,1
África do Sul	38,5	5,7	30,2	4,6	8,3	27,5
Outras Actividades	6,0	0,9	2,9	0,4	3,1	107,2
Total Consolidado	678,4	100,0	654,3	100,0	24,1	3,7

^{*} Excluindo as transacções Intra-Grupo

Em consequência da referida redução, o Brasil representa já pouco mais de 14% do Volume de Negócios consolidado do Grupo, ao passo que os países do Sul de África aumentaram o seu peso relativo naquele indicador de cerca de 7,4%, no primeiro semestre de 2003 para 9,0% nos primeiros seis meses do corrente ano. A Península Ibérica e os países do Norte de África mantêm, aproximadamente, a mesma importância relativa (64% e 12%, respectivamente).

3. Investimentos Realizados

No primeiro semestre de 2004, os investimentos corpóreos e incorpóreos do Grupo, incluindo os aumentos de imobilizado derivados das aquisições efectuadas, totalizaram cerca de 67,4 milhões de euros, correspondendo os montantes mais significativos a Portugal (17,8 milhões de euros, despendidos, designadamente, na construção de uma moagem de cimento, em Sines), Espanha (17,3 milhões de euros, aplicados essencialmente na compra de centrais de betão), Tunísia e Egipto (6,2 e 6,4 milhões de euros, respectivamente, correspondentes à conclusão, no primeiro caso, de uma moagem de carvão e, no segundo, de uma nova linha de produção).

4. Resultados e Situação Financeira

O peso crescente das exportações no Volume de Negócios de Portugal (efectuadas a preços inevitavelmente inferiores aos praticados no mercado interno e com custos de transporte significativos), a par da descida dos preços de venda no Brasil, do aumento generalizado dos custos energéticos (em particular dos combustíveis) e do encarecimento dos fretes marítimos determinaram a redução do *Cash Flow* Operacional

em cerca de 18,5 milhões de euros, com a respectiva margem a baixar de 37,8% nos primeiros seis meses do ano transacto para 33,7% no corrente ano.

Naqueles dois países, e pelos motivos apontados, a diminuição do *EBITDA* atingiu globalmente os 31,8 milhões de euros (perto de 15,5 milhões em Portugal e de 16,3 milhões no Brasil, correspondentes a decréscimos de 14,5% e 29,0%, respectivamente). Todas as restantes Áreas de Negócios viram os respectivos *Cash Flows* Operacionais aumentar em maior ou menor medida, com particular destaque para o Egipto, África do Sul e Espanha, onde se registaram variações positivas de 6,5 milhões de euros (mais 85,0%), 4,6 milhões de euros (mais 35,3%) e 3,8 milhões de euros (mais 9,2%), respectivamente.

Cash Flow Operacional (EBITDA)

(valores em milhões de euros)

Áreas de	1º Seme	stre 2004	1º Seme	stre 2003	Varia	ação
Negócios	Valor	Margem	Valor	Margem	Valor	%
Portugal	91,5	31,3 %	107,1	36,4 %	(15,5)	(14,5)
Espanha	44,9	26,6 %	41,1	29,3 %	3,8	9,2
Marrocos	11,8	45,4 %	11,2	42,9 %	0,6	5,0
Tunísia	7,3	27,3 %	6,5	23,8 %	0,8	12,2
Egipto	14,2	48,3 %	7,7	30,0 %	6,5	85,0
Brasil	39,8	41,2 %	56,1	52,8 %	(16,3)	(29,0)
Moçambique	5,4	24,2 %	4,7	25,9 %	0,7	15,6
África do Sul	17,6	45,7 %	13,0	43,0 %	4,6	35,3
Out. Actividades	(3,7)	-	(0,1)	-	(3,6)	S.S.
Total	228,8	33,7 %	247,3	37,8 %	(18,5)	(7,5)

Em termos de margens – para além das quedas que, pelas razões *supra* referidas, se observam em Portugal e, sobretudo, no Brasil e ainda da diminuição registada pela Área de Negócios de Espanha (dado o maior peso que, na mesma, vem sendo assumido pela actividade de produção e comercialização de betão e pela venda de cimento importado ou produzido com clínquer adquirido) – há que realçar a continuação da melhoria deste indicador nas Áreas de Negócios tanto da África do Sul como de todos os países do Norte de África (principalmente no Egipto, onde a margem *EBITDA* se aproxima já dos 50%, por força não só do aumento dos preços de venda como também da entrada em exploração, em Fevereiro último, de uma nova linha de produção).

Com o total das Amortizações e Provisões a diminuir cerca de 2,6 milhões de euros e os Resultados Financeiros a passarem de um montante negativo de 17,1 milhões de euros para um valor positivo de 10,5 milhões de euros – fruto, essencialmente, do aumento dos resultados das empresas consolidadas por equivalência patrimonial e da adopção, a partir do corrente ano, do IAS 39 (cujo impacto foi da ordem dos 16 milhões de euros) – os Resultados Correntes do Grupo aumentaram 9,9%, atingindo, neste primeiro semestre, cerca de 131 milhões de euros.

A evolução dos Resultados Extraordinários foi, no entanto, em sentido inverso (de quase 17 milhões de euros positivos nos primeiros seis meses de 2003 para, agora, 4,5 milhões de euros negativos), pelo que, apesar da redução da taxa média de imposto, os Resultados Líquidos consolidados, após Interesses Minoritários, acabaram por registar uma ligeira queda (3,8%), fixando-se em 86,8 milhões de euros.

Desdobramento dos Resultados Consolidados

(valores em milhões de euros)

	1º Sem. 2004	1º Sem. 2003	Var. %
Volume de Negócios	678,4	654,3	3,7
Cash Costs Operacionais	449,6	407,0	10,5
Cash Flow Operacional	228,8	247,3	(7,5)
Amortizações e Provisões	108,3	111,0	(2,4)
Resultados Operacionais	120,5	136,3	(11,6)
Resultados Financeiros	10,5	(17,1)	S.S.
Resultados Correntes	131,0	119,2	9,9
Resultados Extraordinários	(4,5)	16,9	(126,8)
Impostos sobre o Rendimento	36,3	41,8	(13,1)
Interesses Minoritários	3,4	4,0	(16,0)
Resultados Líquidos do Grupo	86,8	90,3	(3,8)

Em relação ao final do ano transacto, o total do Activo Líquido aumentou em cerca de 150 milhões de euros (4,9%), enquanto os Capitais Próprios, por força da distribuição dos dividendos relativos ao exercício anterior e dos ajustamentos decorrentes da adopção do IAS 39 (com um efeito negativo de aproximadamente 34 milhões de euros), diminuíram perto de 78 milhões de euros (8,1%).

Síntese do Balanço Consolidado

(valores em milhões de euros)

	30 Jun 2004		31 Dez	2003
	Valor	%	Valor	%
ACTIVO LÍQUIDO				
Imobilizado	2 230,2	68,9	2 237,4	72,4
Circulante	871,0	26,9	739,3	23,9
Acréscimos e Diferimentos	137,9	4,3	112,5	3,6
Total	3 239,1	100,0	3 089,2	100,0
CAPITAL PRÓPRIO	882,6	27,2	960,6	31,1
INTERESSES MINORITÁRIOS	75,8	2,3	78,3	2,5
PASSIVO				
Provisões p/Riscos e Encargos	138,6	4,3	127,9	4,1
Dívidas a Terceiros	1 901,5	58,7	1 784,5	57,8
Acréscimos e Diferimentos	240,6	7,4	137,8	4,5
Total	3 239,1	100,0	3 089,2	100,0

A Dívida Financeira Líquida, no montante de 1.245 milhões de euros, manteve-se praticamente ao mesmo nível de 31 de Dezembro de 2003.

5. Perspectivas da Actividade do Grupo

As perspectivas existentes para os distintos mercados onde o Grupo está presente não permitem antecipar diferenças significativas de desempenho até ao final do ano, sendo por isso provável que, ao nível do *Cash Flow* e dos Resultados Operacionais, se verifique alguma diminuição relativamente aos valores registados em 2003. No entanto, os Resultados Líquidos consolidados, após Interesses Minoritários, deverão situar-se a um nível aproximadamente idêntico ao obtido o ano transacto.

6. Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)

A CIMPOR iniciou, em 2003, um processo de diagnóstico e análise das implicações – em termos de apresentação de contas, mensuração de resultados e reconhecimento de custos e proveitos – decorrentes da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como das respectivas consequências ao nível dos seus sistemas de informação.

Esse processo, ainda em curso, está dividido em três fases: (i) diagnóstico, correspondente à identificação e quantificação das diferenças; (ii) preparação e adaptação dos sistemas de informação; e (iii) implementação.

O trabalho já realizado, relativo à primeira fase, permite perspectivar que as diferenças de tratamento contabilístico que, provavelmente, terão maior impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo serão as seguintes:

- a) Diferenças de Consolidação (Goodwill) O Goodwill deixará de ser amortizado, passando a estar sujeito a testes anuais de imparidade; no caso das participações situadas fora da zona euro, a opção de ajustar o valor existente à data da transição (1 de Janeiro de 2004) ao respectivo contravalor em moeda local, por aplicação das taxas de câmbio em vigor à data em que as mesmas foram adquiridas, está ainda em análise;
- b) Imobilizações Corpóreas O Imobilizado Corpóreo do Grupo encontra-se, no essencial, valorizado ao seu custo histórico; no momento da transição para os IAS/IFRS, a CIMPOR poderá optar por valorizá-lo, no todo ou em parte, ao seu "justo valor";
- c) Imobilizações Incorpóreas Os valores registados como despesas de instalação ou de investigação e desenvolvimento que, à luz dos IAS/IFRS, não possam ser identificados como intangíveis serão transferidos para resultados transitados; quanto às despesas com propriedade industrial e outros direitos, estão a ser objecto de análise detalhada, a fim de aferir da razoabilidade da sua capitalização, de acordo com o normativo internacional;
- d) Custos com Pessoal (Bónus) Os bónus pagos aos colaboradores (a título de distribuição de resultados) passarão a ser objecto de provisão no exercício anterior ao da respectiva aprovação em Assembleia Geral;
- e) Custos com Pessoal (Responsabilidades com Pensões) Actualmente, a CIMPOR regista nos resultados de cada exercício a totalidade dos ganhos e perdas actuariais nele apurados, conforme previsto na Directriz Contabilística n.º 19; os IAS/IFRS admitem que o valor em causa possa ser objecto de diferimento, procedendo-se ao seu reconhecimento em resultados ao longo do período de serviço esperado; à data da transição, a CIMPOR poderá vir a calcular e registar (por contrapartida de resultados transitados) o diferimento resultante da aplicação, a essa data, da referida política alternativa;
- f) Custos e Proveitos Extraordinários Os IAS/IFRS são bastante mais limitativos nesta qualificação, pelo que a generalidade dos registos será reclassificada para outras rubricas da demonstração de resultados;
- g) Reserva de Conversão Cambial Os IAS/IFRS permitem que, à data da transição, as reservas de conversão cambial possam ser revertidas a zero, por contrapartida de resultados transitados.

Paralelamente a este trabalho de identificação qualitativa e quantitativa das diferenças de tratamento contabilístico, a CIMPOR tem vindo a adaptar os seus sistemas de informação de modo a satisfazer as necessidades decorrentes não só das referidas alterações como também das divulgações adicionais requeridas pela generalidade dos IAS/IFRS. Esta fase do processo está actualmente em curso, prevendo-se que, conjuntamente com a sua implementação, esteja concluída até ao final do ano.

Assinale-se ainda que a adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro não terá quaisquer implicações ao nível das políticas de gestão do Grupo.

Entretanto, face à aproximação da data de transição, e atendendo ao disposto na Directriz Contabilística n.º 18, a CIMPOR entendeu adoptar desde já (com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004), as disposições do IAS 39 no que respeita ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivados em carteira e à contabilização das operações de cobertura, por considerar que, embora derrogando a política contabilística anteriormente seguida, a referida adopção conduz a uma apresentação mais adequada da posição financeira e do resultado das operações do Grupo, ao mesmo tempo que a aproxima do preconizado pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os respectivos impactos nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2004 encontram-se devidamente detalhados na nota 11 do respectivo anexo.

7. Comportamento das Acções em Bolsa

Ao longo deste primeiro semestre, o volume de transacções do título CIMPOR na Euronext Lisboa mais do que quintuplicou relativamente ao mesmo período do ano transacto, atingindo um total de perto de 183 milhões de acções e, em valor, cerca de 774 milhões de euros. No final do semestre, a cotação do título era de 4,00 euros, evidenciando uma variação negativa de 0,10 euros no período em causa, porém claramente inferior ao valor do dividendo entretanto distribuído (0,17 euros/acção).

Em 31 de Dezembro de 2003, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., detinha em carteira 5.340.565 acções próprias, tendo alienado aos seus Colaboradores, nestes primeiros seis meses de 2004, um total de 588.605 acções, ao abrigo do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores entretanto aprovado (133.755 acções, ao preço unitário de 3,28 euros) e dos diversos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo actualmente em vigor (454.850 acções, a um preço médio de aproximadamente 3,06 euros/acção). Não se tendo verificado quaisquer aquisições, o número de acções próprias em carteira no final do semestre era de 4.751.960, correspondentes a 0,71% do capital social.

8. Eventos Mais Significativos (Incluindo Eventos Posteriores)

Merecem relevo os seguintes factos ocorridos, até à data, no presente exercício de 2004:

Realização, em 14 de Maio último, da Assembleia Geral Anual da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., tendo sido aprovadas todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, designadamente a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2003 (a qual previa o pagamento de um dividendo de 0,17 euros por acção) e as propostas de alteração dos Estatutos da Sociedade (cuja escritura pública foi outorgada em 28 de Julho p.p.);

- Realização, através da Cimpor Financial Operations, B.V., de uma operação de emissão de *Eurobonds*, no montante de 600 milhões de euros, pelo prazo de sete anos, à taxa fixa de 4,5%, destinada ao pagamento de parte da dívida vincenda no período de Junho de 2004 a Junho de 2005;
- Aumento, em Maio último, do capital social da Cimpor Inversiones, S.L., de 350 milhões de euros para 522,7 milhões de euros, integralmente subscrito e realizado pela CIMPOR Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pelo valor, incluindo prémio de emissão, de 357,2 milhões de euros;
- Celebração, em 27 de Julho p.p., da escritura de transformação da Cimpor Inversiones em sociedade anónima;
- Entrada em exploração da nova linha da Amreyah Cimpor Cement Company (Egipto), com uma capacidade de produção de clínquer de 4.300 toneladas/dia;
- Arranque de uma nova moagem de cimento, em Sines, dotada de uma capacidade de produção de 80 toneladas/hora;
- Incorporação da Betejo Sociedade de Betões, S.A., na Ibera Indústria de Betão, S.A.;
- Aumento, para 100%, das participações da Cimpor Betão, SGPS, S.A., no capital social das empresas Vermofeira Extracção e Comércio de Areias, Lda., e Betrans Sociedade Produtora e Distribuidora de Betão Transmontano, S.A., através, em ambos os casos, da aquisição de 50% do referido capital, pelos valores de 50,6 mil euros e 1,08 milhões de euros, respectivamente;
- Aquisição, pela Agrepor Agregados Extracção de Inertes, S.A., da totalidade das acções representativas do capital social da Inergranitos, S.A., pelo valor de 4,6 milhões de euros;
- Aquisição, pela Cimpor Investimentos, S.A., e pelo respectivo valor nominal, de uma participação correspondente a 60% do capital social (50.000 euros) de uma companhia de navegação sediada na Zona Franca da Madeira, actualmente com a designação de Cimpship, S.A.;
- Extinção do procedimento de apreciação, pela Autoridade da Concorrência, da operação de concentração notificada em Outubro de 2003 pela Cecisa Comércio Internacional, S.A., e consistente na aquisição de 80% do capital social da Cecime Cimentos, S.A., na sequência da retirada da referida notificação pela Cecisa, que assim desistiu da projectada aquisição;
- Aquisição, pela Corporación Noroeste, S.A., e pelo valor de 888.800 euros, da totalidade das participações representativas do capital social da empresa espanhola Áridos Donoso del Rio, S.L., detentora de uma central de betão em Badajoz (Extremadura);
- Aquisição, pela Áridos Donoso del Rio, S.L. (que alterou a sua denominação para Occidental de Hormigones, S.L.), de um conjunto de dezoito centrais de betão detidas pela Readymix Asland, S.A., localizadas em Espanha, sobretudo nas regiões da Andalucía e Extremadura;
- Aumento da participação da Prebetong Galicia, S.A., no capital social da Prebetong Lugo, S.A., de cerca de 75,3% para aproximadamente 82,9%;

- Aumento da participação da Corporación Noroeste, S.A., no capital social da Cementos Antequera, S.A., de cerca de 20,10% para aproximadamente 21,35%;
- Aquisição, pela Natal Portland Cement Company, Ltd., da totalidade do capital social de três empresas sul-africanas de produção de betão pronto e de exploração de pedreiras, por um valor global de cerca de 38 milhões de rands.

Lisboa, 24 de Setembro de 2004

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa	Dr. Jacques Lefèvre
Eng. Jean Carlos Angulo	Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Eng. Luís Filipe Sequeira Martins	Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc
Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte	Dr. João Salvador dos Santos Matias
Dr. Manuel Ferreira	Dr. Vicente Arias Mosquera

[&]quot;A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade".

					(milhares de euro
			Junho 2004		Dezembro 2003
ACTIVO	NOTAS	ACTIVO BRUTO	AMORT.E PROV.ACUMUL.	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO MOBILIZADO:					
MOBILIZAÇÖES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	27	10.714	(8.127)	2.588	2.4
Despesas de investigação e desenvolvimento Propriedade ind. e outros direitos	27 27	4.868 9.775	(4.174) (4.735)	694 5.040	4.
mobilizações em curso	27	321	(4.755)	321	т.
Diferenças de consolidação	10 e 27	1.247.965	(386.945)	861.020	884.8
MOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:		1.273.642	(403.980)	869.662	891.9
errenos e recursos naturais	27 e 42	213.443	(34.226)	179.217	174.3
difícios e outras construções	27 e 42	1.095.039	(801.512)	293.528	300.9
quipamento básico	27 e 42	2.694.106	(2.083.130)	610.975	546.3
quipamento de transporte	27 e 42	67.641	(59.828)	7.812	8.1
erramentas e utensílios quipamento administrativo	27 e 42 27 e 42	6.957 46.682	(5.855) (36.760)	1.102 9.922	1.2 9.3
aras e vasilhame	27 e 42	132	(117)	16	<i>).</i> .
utras imobilizações corpóreas	27 e 42	9.246	(6.302)	2.944	2.3
nobilizações em curso	27	74.063	-	74.063	141.0
diant. p/conta de imobiliz. corpóreas	27	9.624 4.216.933	(3.027.730)	9.624 1.189.203	8.3 1.193.
VESTIMENTOS FINANCEIROS:		4.210.733	(3.027.730)	1.107.203	1.175
artes capital empresas associadas	18, 27 e 36	97.374	-	97.374	77.
artes capital em outras emp. participadas	27 e 46	71.165	(10.124)	61.042	60.
mpréstimos a outras emp. participadas	27 e 46	872	(748)	124	7
tulos e outras aplicações financeiras utros empréstimos concedidos	27 e 46 27	10.408 92	(4.386)	6.022 92	7.
nobilizações em curso	2,	4.006	-	4.006	4.
diant. p/conta de invest. financeiros		2.695		2.695	2.
UID LO DE TED CEUDOS ALL D		186.611	(15.257)	171.354	151.
VIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:		12 225	(12.100)	47	
ientes de cobrança duvidosa npresas associadas		13.235 29.146	(13.188)	47 29.146	27.
npresas associadas npresas participadas e participantes		885	- -	885	21.
itros accionistas		283	(283)	-	
tado e outros entes públicos	52	2.316	- (400)	2.316	2.
utros devedores	46	2.976 48.841	(489) (13.960)	2.486 34.880	2. 33.
	40	40.041	(13,700)	34,000	
RCULANTE:					
ASTÊNCIAS: atérias-primas, subsid., e de consumo		99.173	(7.100)	92.073	86.
odutos e trabalhos em curso		22.083	(615)	21.468	32.
bprod., desperdícios, etc.		120	(15)	105	
odutos acabados e intermédios		11.906	(1.730)	10.177	8.
ercadorias liantamentos p/conta de compras		7.857 3.899	(1.687)	6.170 3.899	7.
mantamentos preonta de compras	46	145.038	(11.146)	133.892	135.
UP AS DE TERROTEROS. S P					
VIDAS DE TERCEIROS - C.P.:		220 152	(942)	229 210	212
ientes, conta corrente ientes - Títulos a receber		239.152 1.841	(842)	238.310 1.841	212 1
ientes de cobrança duvidosa		43.173	(40.916)	2.257	2
npresas associadas		584	<u> </u>	584	2
npresas participadas e participantes		251	-	251	
liantamentos a fornecedores		1.648	-	1.648	1.
liantam. forneced. imobilizado		220	-	220	21
tado e outros entes públicos	52	32.447	(208)	32.447	21.
utros devedores	46	27.582 346.898	(298) (42.056)	27.284 304.842	35.
	40	340.070	(42.030)	304.042	
ΓULOS NEGOCIÁVEIS:					
utros títulos negociáveis	46	217.057	(1.424)	215.633	122.
ntras aplicações tesouraria	54	67.659 284.716	(1.424)	67.659 283.292	95.
PÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:	34	204./10	(1.424)	203.292	218.
pósitos bancários		113.943		113.943	73.
ixa		138		138	
RÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		114.081		114.081	74.
réscimos de proveitos		128		128	
stos diferidos	53	20.532		20.532	7.
tivos por impostos diferidos	38	117.223		117.223	105.
~		137.883		137.883	112.
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			(3.431.710)	_	·
TOTAL DE PROVISÕES			(83.844)		

	NOTAS	Junho 2004	(milhares de euros Dezembro 2003
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTES	Junio 2004	Dezembro 2003
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	50 e 51	672,000	672.00
Acções próprias :			
Valor nominal	51	(4.752)	(5.341
Descontos e prémios	51	(10.782)	(12.062
Diferenças de consolidação	51	(13.541)	(13.541
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	18 e 51	(2.124)	(30
Reservas de reavaliação	42 e 51	60.116	64.53
Reserva legal	51	76.500	67.20
Reserva de conversão cambial	51	(424.188)	(419.734
Outras reservas	51	173.082	173.91
Resultados transitados	51	269.456	247.76
Resultado líquido do período	51	86.791	185.88
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		882.557	960.58
NTERESSES MINORITÁRIOS	55	75.823	78.32
PASSIVO: PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	46	129 (05	127.04
PROVISOES PARA RISCOS E ENCARGOS	40	138.605	127.94
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Empréstimos por obrigações	56	605.707	6.79
Dívidas a instituições de crédito	56	715.999	1.182.63
Fornecedores, conta corrente		1	
Outros accionistas		-	20
Outros empréstimos obtidos	56	8.383	8.38
Fornecedores de imobilizado, c/c		11.249	15.05
Estado e outros entes públicos	52	154	17
Outros credores		868	38
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:		1.342.359	1.213.62
	EC.	2.952	1.25
Empréstimos por obrigações Dívidas a instituições de crédito	56 56	2.853 307.890	1.35 329.71
Adiantamentos p/c de vendas	30	307.890	3.34
Fornecedores, conta corrente		92.308	90.47
Fornecedores - fact. em recep.e conferência		11.462	6.53
Fornecedores - títulos a pagar		31.571	29.72
Fornecedores de imobilizado - tit.a pagar		4.395	5.73
Empresas associadas		314	1.08
Outros accionistas		6.931	3.42
Adiantamentos de clientes		3.705	1.24
Outros empréstimos obtidos	56	1.293	2.53
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	50	32.814	42.01
Estado e outros entes públicos	52	42.771	32.78
Outros credores		20.818	20.96
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		559.125	570.91
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS: Acréscimos de custos	53	152.738	34.48
Proveitos diferidos	53	5.770	20.85
Passivos por impostos diferidos	38	82.112	82.43
1 assivos poi imposios ancidos	36	240.620	137.77
TOTAL DO DASSIVO		2 200 710	
TOTAL DO PASSIVO		2.280.710	2.050.25

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2004.

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Eng. Jean Carlos Angulo Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Luís Filipe Sequeira Martins Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira Dr. Vicente Arias Mosquera

•	NOTAC	II 2004			ilhares de euros)
	NOTAS	Junho 2004		Junho 2003	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: Mercadorias		33.821		22.525	
Matérias		121.568	155.389	125.399	147.924
Fornecimentos e serviços externos			206.496		176.406
Custos com o pessoal Remunerações Encargos sociais:		54.753		53.935	
Pensões Outros	21	4.546 21.305	80.604	1.793 21.894	77.621
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	101.417		103.865	
Provisões	46	6.902	108.319	7.095	110.960
Impostos		1.944		2.278	
Outros custos e perdas operacionais		1.804	3.748	805,8	3.084
(A)			554.554		515.994
Perdas relativas a empresas associadas	44	70		79	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	20		20	
Outros juros e custos similiares	44	73.356	73.445	62.334	62.433
(C)	· 		628.000		578.427
Custos e perdas extraordinários	45		13.566		5.658
(E)			641.566		584.085
Imposto s/rendimento	36, 38 e 58		36.336		41.820
Interesses minoritários	36 e 55		3.381		4.025
(G)	30 0 33		681.283		629.930
Resultado líquido do período			86.791		90.262
			768.074		720.192
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias Produtos		19.472 635.932		4.026 631.279	
Floutios					
D . ~ 1	25	655.404	670 400	635.306	654.065
Prestações de serviços	36	22.998	678.402	18.962	654.267
Variação da produção			(9.533) 65		(7.885)
Trabalhos para a própria empresa Proveitos suplementares		5.328	03	5.390	389
•				3.390	
Subsídios à exploração Outros proveitos e ganhos operacionais		133 659	6.120	144	5.534
(B)		037	675.055	177	652.305
Ganhos de participações de capital:			073.033		032.303
Relativos a empresas associadas	44	14.417		2.409	
Relativos a outras empresas	44	1.328		1.952	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	44	240		314	
Outros juros e proveitos similiares	44	67.992	83.976	40.672	45.348
(D)			759.030		697.653
Proveitos e ganhos extraordinários	45		9.043		22.539
(F)			768.074		720.192
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A) =			120.500		136.311
RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A) =			10.531		(17.085)
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C-A) =			131.031		119.226
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F)-(E) =			126.508		136.107
* * * * *					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO: (F)-(G) =			86.791		90.262

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2004.

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa Dr. Jacques Lefévre

Engº Jean Carlos Angulo Engº Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Engº Luís Filipe Sequeira Martins Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. Manuel Ferreira Dr. Vicente Árias Mosquera

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003

(milhares de euros) Notas Junho Junho 2004 2003 Actividades operacionais: Recebimentos de clientes a) 783.520 640.758 Pagamentos a fornecedores (424.607)(326.459)a) Pagamentos ao pessoal (78.325)(93.219)Fluxos gerados pelas operações 280.588 221.081 Movimento líquido do imposto sobre o rendimento (14.510)(11.872)Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional (78.130)1.394 a) 187.948 210.603 Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias 931 975 (1.299)Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (619)Fluxos das actividades operacionais **(1)** 188.260 210.279 Actividades de investimento: Recebimentos provenientes de: 9.084 Investimentos financeiros 61 Imobilizações corpóreas 1.942 5.944 Imobilizações incorpóreas 5 290 408 Subsídios de investimento Juros e proveitos similares 12.023 25.001 Dividendos 3.878 1.952 7.681 Outros 1.869 20.063 50.075 Pagamentos respeitantes a: (220.400)Variações de perímetro 14 (16.770)Investimentos financeiros (11.894)(846)Imobilizações corpóreas (51.566)(82.093)Imobilizações incorpóreas (6.238)(2.613)Outros (820)(3.719)(87.288) (309.671) Fluxos das actividades de investimento (2) (67.226) (259.596) Actividades de financiamento: Recebimentos provenientes de: 977.650 Empréstimos 641.822Venda de acções próprias 1.832 3.686 51 643.654 981.336 Pagamentos respeitantes a: Empréstimos (485.744)(814.112)(67.017)Juros e custos similares (38.944)Dividendos (113.465)(104.174)51 Outros (7.541)(2.389)(645.694)(987.692) (2.040) Fluxos das actividades de financiamento (3) (6.357)118.994 Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)(55.674)Efeito das diferenças de câmbio e de outras transacções não monetárias 2.669 (967)Caixa e seus equivalentes no início do período 211.137 344.926 Caixa e seus equivalentes no fim do período 329.165 291.922

a) Em 30 de Junho de 2004 estas rubricas incluem os impostos indirectos recebidos e pagos, cuja liquidação está apresentada em Outros pagamentos relativos à actividade operacional.

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2004.

Anexo à demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2004

1. As aquisições ou alienações de filiais e outras actividades empresariais materialmente significativas encontrams relevadas na nota 14 do Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados.

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Junho	Junho	
2004	2003	
138	641	
113.943	115.886	
283.292	225.265	
(68.208)	(49.870)	
329.165	291.922	
	2004 138 113.943 283.292 (68.208)	

3. Créditos bancários não sacados

Em 30 de Junho de 2004, existiam aproximadamente 496,3 milhões de euros de créditos bancários concedidos às empresas do grupo e não sacados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto e África do Sul ("Grupo Cimpor").

O Grupo Cimpor detém as suas participações distribuídas, essencialmente, em duas Sub-Holdings; (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones S.L., que detém as participações nas sociedades sediadas no estrangeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

Nota 1. Empresas Incluídas na Consolidação

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as filiais nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (à excepção das referidas na Nota 2.) e as associadas em que se exerce uma influência dominante.

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
HOLDING E SUB-HOLDINGS		
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INTERNACIONAL	CIMPOR INTERNACIONAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVESTIMENTOS	CIMPOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.L. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00
ÁREA DE CIMENTO (Portugal)		
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Av. Américo Duarte – S. Pedro Fins – Maia 4449 - 909 Ermesinde	100,00
CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
СТА	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	89,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
MOSSINES	MOSSINES – CIMENTOS DE SINES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 LISBOA	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, Lda. Canada das Murtas, Pico da pedra, Ribeira Grande 9500 - 618 Ponta Delgada	75,00
ÁREA DE BETÃO PREPARA	DO E AGREGADOS (Portugal)	
CIMPOR BETÃO SGPS	CIMPOR BETÃO - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Av. Almirante Gago Coutinho, Portela de Sintra 2710 - 418 Sintra	. 100,00
BETAÇOR	BETAÇOR - FABRICO DE BETÃO E ARTEFACTOS DE CIMENTO, S.A. Rua dos Pastos – Beljardim 9760 – 511 Praia da Victória	75,00
AGREPOR	AGREPOR - AGREGADOS E EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Sangardão – Furadouro 3150 – 999 Condeixa-a-Nova	100,00
INERGRANITOS	INERGRANITOS, S.A. Rua Lage do Qrt 307 3525 – 000 Canas de Senhorim	100,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Tapada da Quinta de Cima – Est. de Albarraque – Linhó 2714 Sintra	90,00
BETABEIRAS	BETABEIRAS - BETÕES DA BEIRA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	89,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. Rua Qtª Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1–2º 2790 – 237 Carnaxide	66,44
VERMOFEIRA	VERMOFEIRA - EXTRACÇÃO E COMÉRCIO AREIAS, Lda. Rua Qt ^a Paizinho – Edifício Bepor, Bloco 1–2° 2790 – 237 Carnaxide	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
JOBRITA	JOBRITA - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS, S.A. R. Vaz Monteiro, 192 – r/c Esq. 2580 – 505 Carregado	66,44
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Vaz Monteiro, 192 – r/c Esq. 2580 - 505 Carregado	66,44
M.C.D.	M.C.D MATERIAIS CONSTRUÇÃO DRAGADOS E BETÃO PRONTO, S.A. Travessa do Alecrim, 1 – 2º 1200 - 019 Lisboa	66,44
BETRANS	BETRANS - SOCIEDADE PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE BETÃO TRANSMONTANO, S.A. Zona Industrial das Cantarias, Lt 189/190 5300 - 212 Bragança	100,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A. Qt ^a da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7000 - 505 Évora	50,00
BEPRONOR	BEPRONOR - SOCIEDADE DE BETÃO PRONTO DO NORDESTE, S.A. R. Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
BARBETÃO	BARBETÃO – COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BETÃO, S.A. Matas, Gamelinhas, Apartado 219 3780 - 401 Avelãs de Cima, Anadia	100,00
ÁREA DE PREFABRICAD	OS (Portugal)	
VILAJE	VILAJE - VIGAS E LAGES PRÉ-ESFORÇADAS, Lda. Feiteira – Seixezelo - V. N. Gaia 4415 - 556 Grijó	100,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Zona Industrial de Adua 7050 Montemor-o-Novo	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa	5 100,00
PRECADAR	PRECADAR - PONTES E VIADUTOS PRÉ - FABRICADOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE OUTRAS ACTIVI	DADES RELACIONADAS (Portugal)	
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
T.P.A.	T.P.A TRANSPORTES STº. ANDRÉ, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
TRATER	TRATER - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Edifício Ulisses, r/c Esq. – Almoinha – Castelo 2970 - 135 Sesimbra	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, Lda. Casal da Luz – Bairro – Óbidos 2510 Óbidos	100,00
CIMADJUVANTES	CIMADJUVANTES - COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ADJUVANTES PARA CIMENTO, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	100,00
CELFA	CELFA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE GESSOS, S.A. Zona Industrial de Soure, Lt. 26 e 27 3130 – 551 Soure	100,00
KANDMAD	KANDMAD – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, Lda. Av. Arriaga, 77, Edifício Marina Fórum, 1º sala 103, Sé 9000 – 060 Funchal	99,93

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA INTERNACIONAL		
ESPANHA		
CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
C.N. HORMIGONES Y ARIDOS	CORPORACIÓN NOROESTE DE HORMIGONES Y ARIDOS, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
CEMENTOS ANDALUCIA	CEMENTOS DE ANDALUCIA, S.L. Av. de la agrupacíon de Córdoba, 15 14 014 Cordoba	99,53
OCCIDENTAL HORMIGONES	OCCIDENTAL DE HORMIGONES, S.L. Calle la viela Polígono Industrial el Nevero 06006 Badajoz	99,53
CEMENTOS EL MONTE	CEMENTOS EL MONTE, S.A. 21810 – Palos de la Frontera (Huelva) Puerto Exterior de Huelva Muelle Ingeniero Juan Gonzalo s/n	99,53
CEMENTOS NOROESTE	CEMENTOS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
SERMACONSA	SERVICIOS Y MATERIALES PARA LA CONSTRUCCIÓN, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
MORTEROS NOROESTE	MORTEROS NOROESTE, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53
MORTEROS GALICIA	MORTEROS DE GALICIA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
HORMIGONES HÉRCULES	HORMIGONES HÉRCULES, S.L. Polígono Industrial – El Prado – 40 – Mérida 06800 – Badajoz	99,53
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,51
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,28
PREBETONG N. CANTERAS	PREBETONG NOROESTE DE CANTERAS, S.L. Brasil, 56 36204 Vigo	99,51
PREBETONG GALICIA	PREBETONG GALICIA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,41
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	92,79
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n Polígno Industrial del Ceao 27 003 Lugo	81,56
HORMIGONES MARIÑA	HORMIGONES MARIÑA, S.L. Carretera Santander – Ferrol. Lugar de Camba Município de Xove 27 870 Lugo	86,18
HORMINGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ARIDOS LA BARCA, S.A. Calle La Barca, nº 14 36 002 Pontevedra	49,77
ARICOSA	ARIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,21

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 – 3º 27 001 Lugo	40,77
MARROCOS		
ASMENT DE TEMARA	ASMENT DE TEMARA, S.A. AIN Attig – Route de Casablanca Témara	62,60
BETOCIM	BETOCIM, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00
TUNÍSIA		
C.J.O.	SOCIÉTÉ DES CIMENTS DE JBEL OUST 3, Rue de Touraine, Cité Jardins 1002 Tunis – Belvédère, Tunisie	100,00
BRASIL		
C.C.B.	COMPANHIA DE CIMENTOS DO BRASIL, S.A. Avª Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco E – 8º J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	99,69
ATOL	COMPANHIA DE CIMENTO ATOL, S.A. Fazenda S. Sebastião Alagoas - S. Miguel dos Campos	100,00
CIMEPAR	COMPANHIA PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND, S.A. Fazenda da Graça – Ilha de Bispo-Cidade João Pessoa Paraiba – Brasil	100,00
C.B.	CIMPOR BRASIL, Lda. Av. Mª Coelho Aguiar, 215 BI E – 8º J. São Luís – São Paulo/SP – Brasil	100,00
MOÇAMBIQUE		
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av. Fernão de Magalhães, 34 – 2°, nº1 Maputo – Caixa Postal 270	65,41
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Estrada de Lingamo Matola	65,41

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
PREMAP	PREFABRICADOS DE MAPUTO, S.A.R.L. Av ^a 24 de Julho, 2096, 4º Andar Maputo	53,11
EGIPTO		
AMREYAH	AMREYAH CEMENT COMPANY El Gharbaneyat – Borg El Arab City P O. Box 21511 Alexandria	96,39
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	100,00
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,29
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	98,37
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat – Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	97,15
ÁFRICA DO SUL		
NPC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
DCL	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban South Africa	100,00
SRT	THE SIMUMA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road Bryanstone South Africa	100,00
NPC - CELL "A7"	NATAL PORTLAND CEMENT (PTY) – CELL "A7" 5 th Floor Sa Eagle House 70 Fox Street Johannesburg South Africa	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDA	DES	
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
CIMPOR FINANCE	CIMPOR FINANCE LIMITED IFSC House, Custom House Quincy – Dublin 1	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Teleport Boulevard 140 1043 EJ Amesterdam	100,00
PENROD	PENROD INVESTMENTS LIMITED Suite 9.4.1.B – Europort – Gibraltar	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00
MECAN	MECAN - MANUFACTURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 Lisboa	100,00
RETONOBA	RETONOBA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00
FIVACAR	97 2000 FIVACAR, S.L. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
99 SHIP	99 SHIP, S.A. Calle Serrano, 91 Madrid	100,00
SILOS GALICIA	SILOS GALICIA, S.A. Calle Montero Rios, 30 – 1° 36201 Vigo	100,00

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. – SOCIÉTÉ ANONYME DE REASSURANCE 65, Avenue de la Gare L 1611 - Luxemburgo	100,00

Nota 2. Empresas Excluídas da Consolidação

As filiais excluídas da consolidação por se encontrarem inactivas ou por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDADE	s	
MOÇAMBIQUE		
C.C. MOÇAMBIQUE	COMPANHIA DOS CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.	86,02
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.R.L. Av ^a 24 de Julho, 2096 - 4º Maputo	95,00

Os investimentos financeiros nestas entidades encontram-se registados ao custo deduzido de uma provisão para as perdas estimadas na sua realização.

Nota 3. Empresas Associadas

As empresas associadas que, em 30 de Junho de 2004, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 23 c)), são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO
		EFECTIVA
Área de Cimento (Portugal)		
SEMAPA	SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. Av. das Forças Armadas, 125 – 7º 1600 - 079 Lisboa	20,02
CIMENTOS MADEIRA	CIMENTOS MADEIRA, Lda. Estrada Monumental, 433 – São Martinho 9000 - 236 Funchal	42,86

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
C + P.A.	C + P.A. – CIMENTO E PRODUTOS ASSOCIADOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 – 009 LISBOA	48,00
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDA	DES RELACIONADAS (Portugal)	
PRESCOR	PRESCOR - PRODUÇÃO DE ESCÓRIAS MOÍDAS, Lda. Aldeia de Paio Pires – Paio Pires 2840 Seixal	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A. Av. Luísa Todi, 1 – 1° 2900 – 459 Setúbal	25,00
ÁREA INTERNACIONAL - ESF	PANHA	
CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margem izquierdo 29 540 Bobadilla, Estacíon. Malaga	21,35
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDA	DES	
KEEFERS	KEEFERS FINANCE, S.A. Pasea Estate, Road Town-P.O.Box 3149 – Portola British Virgin Island	34,71
CORTEZO	CORTEZO, N.V. P.O.Box 6050, Curaçao Netherlands Antilles	30,00
ARENOR	ARENOR, S.L. Calle Montecarmelo, 1 – 5° C Sevilla	28,57
AUXILIAR DE ARIDOS	AUXILIAR DE ÁRIDOS, S.L. Calle Montecarmelo, 1 – 5° C Sevilla	28,45

A Cimentos Madeira detém participações nas seguintes entidades da área de betão preparado e agregados, as quais se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
BETO MADEIRA	BETO MADEIRA - BETÕES E BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86

SIGLA	SIGLA FIRMA/SEDE	
BRIMADE	BRIMADE - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, S.A. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	42,86
MADEBRITAS	MADEBRITAS - SOCIEDADE DE BRITAS DA MADEIRA, Lda. Fundoa de Cima – S. Roque 9000 - 801 Funchal	21,86
PROMADEIRA	PROMADEIRA - SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO DA ILHA DA MADEIRA, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86
SANIMAR – MADEIRA	SANIMAR - MADEIRA, SOCIEDADE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, Lda. Sítio da Cancela, São Gonçalo 9050 - 299 Funchal	42,86

Nota 4. Empresas Associadas Contabilizadas ao Custo

As empresas associadas registadas ao custo, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, por não serem materialmente relevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, são as seguintes:

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA INTERNACIONAL - ESP	ANHA	
HORMIGONES CELANOVA	HORMIGONES MIRANDA CELANOVA, S.A. Crta. de Casasoá, km. 0,1 – La Caseta - Celanova Orense	39,36
ÁREA INTERNACIONAL - EGII	РТО	
ERMCC	EXPRESS READY MIX CONCRETE COMPANY 23, Talat Harb ST Cairo	28,91

	SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE O	UTRAS ACTIVIDADES		
ETG	Rua (ETG - EMPRESA DE TRANSPORTES E GESTÃO, S.A. Rua Corpo Santo, 6 – 2º 1200 Lisboa	
SGS	Pico o	- INDÚSTRIAS DE MADEIRA, S.A. do Cardo – S. António Funchal	35,00

Nota 5. Empresas Consolidadas pelo Método de Consolidação Proporcional

As seguintes empresas participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com a Sécil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.:

SIGLA FIRMA/SEDE		PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE OUTRAS ACTIVI	DADES RELACIONADAS (Portugal)	
ECORESÍDUOS	ECORESÍDUOS - CENTRO DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	50,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE, RESÍDUOS, Lda. Av. Severiano Falcão, 8 – Edifício Cimpor 2685 - 378 Prior Velho	50,00

Nota 6. Empresas Participadas

As seguintes empresas em que o Grupo detém uma participação igual ou inferior a 20% não são incluídas no perímetro de consolidação, estando valorizadas conforme descrito na Nota 23 c):

SIGLA	FIRMA/SEDE	PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO EFECTIVA
ÁREA DE CIMENTO (Portugal)		
CECIME	CECIME – CIMENTOS, S.A. R. Cintura do Porto de Lisboa, Armazém, 21 Topo Norte 1900 – 649 Lisboa	20,0

SIGLA	SIGLA FIRMA/SEDE	
ÁREA DE BETÃO PREPARA	DO E AGREGADOS (Portugal)	
CEVALOR	CEVALOR - CENTRO TECNOLÓGICO PARA APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS E INDUSTRIAIS Estrada Nacional 4, Km 158 7150 - 208 Lisboa	9,95
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDA	ADES RELACIONADAS (Portugal)	
ECOMETAIS	SOCIEDADE DE TRATAMENTO E RECICLAGEM, S.A. Av. Siderurgia Nacional, nº 1, Edifício S.N. 2840 Seixal	2,50
ÁREA INTERNACIONAL - ES	PANHA	
AMINSA	APLICACIONES MINERALES, S.A. Ayto. de Valle de Oca, Camino Fuente Herrero, s/n 09 258 Cuevacardiel – Burgos	
CEMENTOS LEMONA	CEMENTOS LEMONA, S.A. Alameda de Urquijo, 10 – 2º 48 008 Bilbao	19,47
CEMENTOS PORTLAND	CEMENTOS PORTLAND, S.A Pamplona	0,36
ÁREA INTERNACIONAL - EG	ырто	
UCF	United Company For Foundries 20, EL – Gazayer Street New Naadi - Cairo	13,49
ASCOM	ASCOM 26, Road 265 New Maadi - Cairo	9,64
ASEMPRO	ASEMPRO 5, Street 260 New Maadi - Cairo	9,64
ÁREA DE OUTRAS ACTIVIDA	ADES	
NEFELE	COMPANHIA INDUSTRIAL DE SIENITOS NEFELÍNICOS, S.A. Serro da Cabeça Alta – Apartado, 45 8101 Loulé Codex	10,00

Nota 7. Número médio de empregados

O número médio de empregados ao serviço do Grupo, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, foi o seguinte:

Número médio de empregados por áreas de negócio	2004	2003
Serviços centrais	223	137
Portugal	1.567	1.825
Holding	5	43
Cimento	770	845
Betões	412	503
Agregados	207	250
Argamassas e gessos	25	29
Outras actividades	148	155
Internacional	3.863	4.068
Espanha	971	919
Marrocos	220	259
Tunísia	245	249
Egipto	523	734
Brasil	1.079	1.084
Moçambique	510	531
África do Sul	315	292
Total	5.653	6.030

Nota 10. Diferenças de Consolidação

O saldo desta rubrica representa as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas do grupo e associadas (ajustados pelos valores atribuídos aos activos e passivos adquiridos), na data da sua aquisição. As diferenças provenientes da primeira consolidação encontram-se relevadas nos capitais próprios.

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2004 na rubrica "Diferenças de consolidação", foram como segue:

Movimentos / filiais	Diferenças de consolidação (Nota 27)
Saldo inicial	1.250.722
Aumentos:	
CCB	1.962
Cementos Antequera	285
Ocidental de Hormigones	1.418
Silos Galicia	1.013
Betrans	828
Inergranitos	3.690
	9.196
Diminuições:	
Anulações de diferenças de aquisição totalmente amortizadas	
Cementos Cosmos	(7.992)
Hormigones Mariña	(1.080)
Hormigones y Aridos de la Barca	(2.881)
	(11.953)
Saldo final	1.247.965

O aumento ocorrido nas diferenças de consolidação associadas à CCB resulta da diferença apurada na aquisição adicional de 0,06% do respectivo capital, reduzida do efeito da desvalorização do Real Brasileiro sobre as diferenças de aquisição registadas nas respectivas demonstrações financeiras (relacionadas, essencialmente, com a aquisição no exercício de 2002 da participação na Cimentos Brumado).

O aumento da diferença de consolidação na Cementos Antequera resultou da aquisição adicional de 1,35% do respectivo capital.

A diferença de consolidação de 1.418 mil euros da Occidental Hormigones, resulta da aquisição inicial pela Corporacíon Noroeste, da sociedade Äridos Donoso del Rio, por 889 mil euros, e posteriormente de 18 centrais de betão, por 11.370 mil euros.

A Fivacar adquiriu 16% do capital da Silos Galícia do que resultou uma diferença de consolidação de 1.013 milhares de euros.

O registo da diferença de consolidação de 828 milhares de euros relativamente à Betrans, decorre da aquisição de 50% do seu capital, por parte da Cimpor Betão, S.G.P.S..

A Agrepor adquiriu em Maio deste ano, a totalidade do capital da Inergranitos, por 4.615 milhares de euros. Decorrente desta aquisição foi apurada uma diferença de consolidação de 3.690 mil euros.

Amortizações do goodwill

O *goodwill* decorrente da aquisição de partes sociais em empresas do grupo e associadas é amortizado no período estimado de recuperação dos investimentos realizados, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Nota 11. Derrogação do Princípio de Consistência na Consolidação

Decorrente da política de gestão de risco do Grupo, a qual tem sido objecto de divulgação ao nível quer do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, quer no anexo às demonstrações financeiras de períodos anteriores, a Empresa tem procedido à contratação de diversos instrumentos financeiros.

Até 31 de Dezembro de 2003, relativamente aos instrumentos financeiros derivados, e face à ausência de normativo contabilístico específico em Portugal, a Empresa procedia ao registo nas demonstrações financeiras consolidadas dos respectivos efeitos financeiros apenas na data de ocorrência de fluxos monetários, diferindo os prémios recebidos ou pagos, quando aplicável, durante o período das operações. Adicionalmente, no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa procedia à divulgação do "fair value" daqueles instrumentos.

O Conselho de Administração da Empresa, em face da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e atendendo ao disposto na Directriz Contabilística nº 18, entendeu adoptar com efeitos a 1 de Janeiro de 2004 as disposições do IAS 39 no que respeita ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivados contratados e à contabilização de operações de cobertura, por considerar que, embora derrogando a política contabilística anteriormente seguida, a referida adopção conduz a uma apresentação mais adequada da posição financeira e resultado das operações do Grupo e a uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro.

De referir que, no que respeita à valorização dos investimentos financeiros correspondentes a partes de capital em empresas participadas nas quais não é exercido controlo ou influência significativa, bem como na valorização de investimentos em títulos negociáveis, ambos correspondentes a entidades com títulos cotados em bolsas de valores (Notas 23 c) e 23 i)), a Empresa já anteriormente adoptava os critérios preconizados no IAS 39, utilizando como referencial de valorização o respectivo valor de mercado.

A adopção de tais disposições do IAS 39 no registo dos investimentos financeiros, instrumentos financeiros derivados contratados e operações de cobertura teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do semestre findo em 30 de Junho de 2004:

	Resultados	Reserva conv.cambial	Outras reservas	Resultados transitados
Investimentos financeiros (a) Instrumentos financeiros (b)	- 9.601	- 2.657	(259) (813)	(110.633)
Financiamentos (Nota 56)	5.903	-	-	31.592
Imposto diferido (Nota 38)	(5.424)	(930)	280	34.503
	10.080	1.727	(791)	(44.539)

- (a) Em "Outras reservas" foram registados os efeitos da desvalorização no período dos investimentos financeiros nas participadas Lemona e Portland, os quais estão qualificados como disponíveis para venda.
- (b) Conforme mencionado em maior detalhe na Nota 59, o Grupo Cimpor tem como política proceder à contratação de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos seus riscos de taxa de juro, taxa de câmbio. Em 1 de Janeiro de 2004, a Cimpor não reunia todas as condições exigidas pelo IAS 39 por forma a permitir designar alguns dos instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura, os quais por esse motivo foram designados como instrumentos de negociação (Nota 59).

O justo valor dos instrumentos financeiros de negociação em 31 de Dezembro de 2003 foi registado em resultados transitados, enquanto que as variações subsequentes foram reconhecidas em resultados do período.

Nota 14. Alterações no Perímetro de Consolidação

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, as alterações mais significativas no perímetro de consolidação respeitaram ao seguinte:

- Aquisição da totalidade do capital da Inergranitos pela Agrepor;
- Aquisição pela Corporacíon Noroeste da totalidade do capital da Äridos Donoso del Rio, S.A., e posterior aquisição de 18 centrais de betão e alteração da denominação desta sociedade para Occidental de Hormigones, S.A..

Os efeitos destas alterações no perímetro de consolidação, foram os seguintes:

		Occidental de		
Rubricas	Inergranitos	Hormigones	Total	
Imobilizações incorpóreas	340	1.039	1.379	
Imobilizações corpóreas	1.352	9.731	11.083	
Investimentos financeiros	-	3	3	
Existências	38	10	48	
Dívidas de terceiros	863	318	1.180	
Dívidas a terceiros	(1.735)	(297)	(2.032)	
Valor líquido	858	10.803	11.662	
Diferença de aquisição	3.690	1.418	5.108	
Valor líquido pago	4.548	12.221	16.770	
Caixa e equivalentes	67	38	104	
Património líquido adquirido	4.615	12.259	16.874	
•				

Nota 15. Consistência na Aplicação de Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo (Nota 23) foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação. Nos casos em que estas últimas utilizam critérios diferentes dos do Grupo, com efeitos materialmente relevantes, foram feitos os necessários ajustamentos de uniformização.

Nota 18. Método de Relevação das Participações em Associadas

As partes de capital detidas em empresas associadas, excepto as referidas na Nota 4, estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as diferenças para o valor contabilístico (custo de aquisição) mencionadas em rubricas apropriadas, como a seguir se discrimina:

Associadas	Custo de aquisição	Diferença de aquisição	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 44)	Ajustamentos de partes capital (Nota 51)	Resultados transitados	Valor de balanço (Nota 27)
Grupo Cimentos Madeira	748	-	1.063	1.698	1.747	5.200
Prescor	257	-	69	(1)	28	353
Setefrete	3.388	(2.288)	207	310	278	1.896
Cortezo	2	-	-	5	7	14
Keefers	1.003	-	-	(600)	(379)	24
Semapa	116.880	(73.337)	13.077	(3.536)	4.186	57.271
Cementos Antequera	6.161	(4.817)	-	-	786	2.130
C+PA	22.360	(1.598)	(70)	-	(1.206)	19.486
Arenor (a)	10.960	-	-	-	-	10.960
Auxiliar de Áridos (a)	40	-	-	-	-	40
Total	161.799	(82.040)	14.347	(2.124)	5.447	97.374

⁽a) Participações financeiras adquiridas em Março de 2004. A 30 de Junho de 2004 estava em curso o apuramento das correpondentes diferenças de aquisição, não se tendo registado os efeitos patrimoniais ocorridos desde a data de aquisição.

Nota 21. Compromissos Financeiros

Cimpor Indústria - Fundo de Pensões

Decorrente da aprovação, pelo Instituto de Seguros de Portugal, de um pedido de alteração ao plano de pensões complementares de reforma e sobrevivência de que são beneficiários os trabalhadores activos e reformados da Cimpor Indústria, passaram a coexistir dois planos de pensões aplicáveis aos respectivos empregados, em função da sua data de admissão para o quadro efectivo, conforme se indica:

 Os empregados com data de admissão no quadro efectivo anterior a 31 de Dezembro de 1998 estão abrangidos por um plano de pensões não contributivo de benefício definido (a menos que tenham optado, até 31 de Dezembro de 2002, por transitar para o outro plano); Os empregados admitidos no quadro efectivo após 1 de Janeiro de 1999 estão abrangidos por um plano de contribuição definida, com possibilidade de contribuição por parte dos participantes.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos foram transferidas para o Fundo de Pensões CIMPOR, cuja entidade gestora é uma entidade independente e especializada, sendo apuradas semestralmente com base em estudos actuariais, elaborados por peritos independentes (o último estudo disponível reporta-se a 30 de Junho de 2004).

O estudo reportado a 30 de Junho de 2004 utilizou a metodologia denominada por "Projected Unit Credit" e assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa técnica actuarial	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%
Taxa de rendimento do Fundo	5,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados em 30 de Junho de 2004 foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV80

De acordo com os referidos estudos actuariais, os custos com complementos de pensões de reforma do semestre findo em 30 de Junho de 2004 podem ser detalhados como segue:

Custo dos serviços correntes	306
Custo dos juros sobre o passivo	1.640
Retorno real dos activos do plano	(1.182)
Ganhos e perdas actuariais	1.747
Total do agregado	2.511

Conforme referido anteriormente, as responsabilidades pelo pagamento dos benefícios sociais supra descritos foi transferida para um fundo de pensões autónomo, para o qual a Cimpor Indústria (e, indirectamente, as empresas relacionadas com empregados vinculados) faz contribuições regulares, tendentes a cobrir essas responsabilidades.

Em 30 de Junho de 2004, o diferencial entre o respectivo valor actual e o valor de mercado dos activos do fundo era o seguinte:

Empregados reformados: Valor actual das pensões em pagamento	50.955
Empregados no activo:	16.497
Valor actual das responsabilidades com serviços passados	67.452
Valor de mercado dos activos do fundo	63.467
Responsabilidades não financiadas	3.985

Em 30 de Junho de 2004, as responsabilidades não cobertas pelos activos do Fundo de Pensões CIMPOR, de 3.985 milhares de euros, encontram-se evidenciadas em rubrica específica de "Acréscimos de custos" (Nota 53).

Adicionalmente, no semestre findo em 30 de Junho de 2004 foram registados custos relacionados com responsabilidades no âmbito do regime de contribuição definida, no montante de 301 milhares de euros.

Cimpor Indústria - Benefícios complementares (Assistência na doença)

A Cimpor Indústria mantém para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e de Segurança Social, comparticipando, ao abrigo do disposto no respectivo regulamento de Benefícios Complementares em vigor desde 1 de Outubro de 1995, nas despesas de saúde dos empregados a ela vinculados.

Este regulamento abrange os trabalhadores vinculados à Cimpor Indústria por contrato de trabalho sem termo, os titulares das prestações de pré-reforma, os titulares de complementos de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como os respectivos familiares elegíveis. O referido regulamento configura um plano de benefícios definidos, para o qual não se encontra constituído qualquer fundo destinado a financiar as referidas responsabilidades.

A gestão dos cuidados de saúde contemplados no regulamento assenta num esquema de adiantamentos e reembolsos geridos pela própria Empresa.

As responsabilidades decorrentes dos benefícios supra referidos, são apuradas com base em estudos actuariais elaborados por peritos independentes.

O estudo reportado a 30 de Junho de 2004 assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Tábua da martalidada	TV 72/77
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa técnica de juro	5,00%
Taxa de desconto	5,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos	5,00%
Idade normal de reforma	65 anos
Agregado familiar médio:	
Activos	2
Não activos	2
Custo per capita	315 euros

Em 30 de Junho de 2004 encontra-se constituída uma provisão para outros riscos e encargos, de 12.002 milhares de euros (Nota 46), correspondente ao valor actual das responsabilidades apurado no respectivo estudo, composta como segue:

- Responsabilidades com serviços passados dos empregados já reformados, de 6.763 milhares de euros:
- Responsabilidades com serviços passados dos empregados no activo, de 5.239 milhares de euros.

De acordo com o referido estudo actuarial, o custo com assistência na doença relativo ao semestre findo em 30 de Junho de 2004 pode ser detalhado como segue:

Custo dos serviços correntes Custo dos juros	125 280
Ganhos e perdas actuariais	525
	930
Benefícios pagos durante o semestre	(168)
	762

Responsabilidades por pensões e benefícios complementares em outras empresas

Existem noutras empresas do Grupo planos de benefícios de reforma, relativos a complemento de pensões e benefícios complementares de assistência na doença. As responsabilidades inerentes a estes planos são anualmente determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades independentes, sendo reconhecido no período o custo determinado por esses estudos.

Em 30 de Junho de 2004, a situação agregada destes planos pode ser apresentada do seguinte modo:

Valor actual das responsabilidades projectadas	13.527
Responsabilidades não financiadas	7.353
Encargo líquido do semestre	2.875

O encargo líquido do semestre inclui o custo de 1.903 milhares de euros registado na rubrica de Outros custos e perdas extraordinários.

As responsabilidades não financiadas encontram-se registadas na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 46).

Outros compromissos

De referir a existência, em 30 de Junho de 2004, de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas, sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócio de Portugal, 33.792 milhares de euros, Egipto, 4.081 milhares de euros, Espanha, 2.369 milhares de euros e Marrocos 15.221 milhares de euros.

Todos os compromissos financeiros, incluindo as letras descontadas e não vencidas, estão relevados no balanço em rubricas apropriadas.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

Nota 22. Responsabilidades por Garantias Prestadas

Em 30 de Junho de 2004, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros fianças e garantias bancárias de 181.870 milhares de euros. Destas, 61.953 milhares de euros, respeitam a garantias prestadas às autoridades fiscais, para fazer face às liquidações adicionais de impostos dos exercícios de 1996 a 1999 (Nota 58), cuja responsabilidade está provisionada na rubrica de Provisões para Riscos e Encargos (Nota 46).

Nota 23. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, derrogados conforme expresso nas Notas 11, 23 c), 23 d) e 59, pela adopção de determinadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas do Grupo referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração de resultados na rubrica de "Interesses Minoritários" (Nota 55).

A consolidação das entidades referidas na Nota 5 efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método, foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que o Grupo nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções na referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as diferenças de consolidação, as quais são amortizadas no período estimado de recuperação dos investimentos realizados (que varia entre cinco e vinte anos), e as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, as quais são amortizadas em três anos. As despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registadas como custo quando incorridas.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em vigor em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os subsídios ao investimento são apresentados em proveitos diferidos e reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada excepto no que respeita a determinados equipamentos básicos relacionados com a actividade cimenteira em Portugal, adquiridos após 31 de Dezembro de 1988, aos quais se aplicam taxas degressivas. Em ambos os métodos são calculadas dotações anuais no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento.

As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	2 - 14
Outras imobilizações corpóreas	2 - 10

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras são amortizados no período previsto de exploração.

As benfeitorias e beneficiações a bens de várias categorias são amortizadas de acordo com o acréscimo de vida útil que se estima venha a decorrer das referidas benfeitorias e beneficiações.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Notas 3 e 18) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 44), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de ajustamentos de partes de capital (Nota 51). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros qualificados como disponíveis para venda, encontram-se registados ao valor de mercado, na rubrica Partes de capital em outras empresas participadas, estando as variações de justo valor registadas em "Outras reservas".

Os restantes investimentos financeiros (Notas 4 e 6) são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea b) acima, são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

e) Existências

As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção. O critério de movimentação das saídas é o custo médio.

Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à constituição de uma provisão para depreciação de existências, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

f) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

g) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no semestre são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial":

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na NIC nº21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na NIC nº 39.

h) Conversão das demonstrações financeiras

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração de resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de conversão cambial", sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De forma consistente com exercícios anteriores, na área de negócios de Moçambique os saldos das rubricas de imobilizado e de capital próprio são mantidos ao câmbio histórico em dólares americanos, sendo as diferenças cambiais apuradas na conversão dos activos e passivos monetários registadas como resultado financeiro do período.

i) Títulos negociáveis

Os investimentos financeiros qualificados como detidos para negociação, encontram-se registados ao valor de mercado, na rubrica Títulos negociáveis, sendo as variações de justo valor registadas em ganhos/perdas financeiros.

Os restantes títulos negociáveis são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

j) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no passivo. Os custos com pensões são registados na rubrica "Custos com o pessoal – Encargos sociais", conforme previsto pela referida directriz, com base nos valores determinados por estudos actuariais (Nota 21).

k) Assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficias de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº19. Atendendo ao facto de não se encontrar constituído qualquer fundo para o efeito, o valor presente das obrigações de benefícios definidos encontra-se, na sua totalidade, expresso na rubrica de "Provisões para riscos e encargos" (Nota 46).

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

Os custos com assistência na doença são registados na rubrica de "Custos com o pessoal - encargos sociais", conforme previsto na referida directriz (Nota 21).

I) Imposto sobre o rendimento

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, para cada um dos universos fiscais determinados.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

m) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados na medida em que os activos reavaliados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, estes valores não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

n) Reconstituição ambiental

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio do Grupo, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determinável, têm vindo a ser constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração (Nota 46). Estas provisões são constituídas durante o período de exploração, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas ou, caso as mesmas não sejam suficientes, ao reconhecimento nesse mesmo período dos custos incorridos.

o) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

p) Subsídios obtidos

Os subsídios atribuídos à Empresa por investimentos efectuados, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos nas demonstrações de resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados quando recebidos.

q) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente, quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "justo valor" são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito aquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de "cash-flow" são registadas em "Outras reservas" na sua componente efectiva e, em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em "Outras reservas" são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento liquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, à semelhança das coberturas de "cash-flow", são registadas como "Reserva de conversão cambial" na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como "Reserva de conversão cambial".

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Nota 24. Cotações

As cotações utilizadas em 30 de Junho de 2004, para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira (Nota 23, alíneas g) e h)), foram as seguintes:

Divisas	Câmbio fecho 2004	Câmbio médio 2004
USD	1,2155	1,2274
MAD	10,9690	11,1180
BRL	3,7839	3,6418
TND	1,5334	1,5956
MZM	27803,9	28436,2
EGP	7,5239	7,6431
ZAR	7,6177	8,2239

Nota 25. Despesas de Instalação e de Investigação e de Desenvolvimento

As despesas de instalação e de investigação e de desenvolvimento respeitam, essencialmente, aos custos incorridos com a elaboração de estudos relacionados com o desenvolvimento de novos mercados. São amortizadas em três anos, pelo método de quotas constantes, com início no ano da sua efectivação.

Nota 27. Activo Imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004 no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, podem ser resumidos do seguinte modo:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo	Variação	Efeito	Reavaliação/	Aumentos	Alienações	Transferências	Saldo
Rublicas	inicial	perímetro	cambial	ajustamento	Aumentos	Allenações	e abates	final
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	10.168	20	(40)	-	555	(52)	64	10.714
Despesas de investigação e de								
desenvolvimento	16.999	-	78	-	354	(12.801)	239	4.868
Propriedade industrial e								
outros direitos	8.238	1.623	(119)	-	98	(12)	(52)	9.775
Imobilizações em curso	185	20	0	-	356	-	(239)	321
Diferenças de consolidação	1.250.722	5.108	(1.480)		5.566		(11.951)	1.247.965
Total	1.286.311	6.770	(1.562)		6.927	(12.866)	(11.939)	1.273.643
Imobilizações corpóreas:								
Terrenos e recursos naturais	207.272	6.095	(15)	_	96	(4)	(0)	213.443
Edifícios e outras contruções	1.088.716	1.871	(871)	_	298	(229)	5.255	1.095.040
Equipamento básico	2.579.912	6.044	8.854	_	11.599	(4.706)	92.402	2.694.106
Equipamento de transporte	64.791	228	176	_	491	(1.563)	3.518	67.641
Ferramentas e utensílios	6.901	9	36	_	38	(31)	3	6.957
Equipamento administrativo	44.861	85	143	_	455	(86)	1.224	46.682
Taras e vasilhame	132	-	-	_	-	(00)	1.22-	132
Outras imobilizações	102							102
corpóreas	8.835	96	24	_	257	(35)	70	9.246
Imobilizações em curso	141.092	-	1.650	_	27.772	(00)	(96.450)	74.063
Adiantamentos por conta de	141.032		1.050		21.112		(50.450)	74.003
Imobilizações corpóreas	8.842	_	50		1.919		(1.186)	9.625
imobilizações corporeas	0.042				1.515		(1.100)	9.025
Total	4.151.353	14.428	10.047		42.924	(6.654)	4.836	4.216.933
Investimentos financeiros:								
Partes de capital em empresas								
associadas	77.199	-	-	8.916	11.259	-	-	97.374
Partes de capital em outras								
empresas participadas	63.892	-	23	(259)	4	(32)	7.538	71.165
Empréstimos outras empresas								
participadas	886	-	(28)	-	-	-	14	872
Titulos outras aplicações								
financeiras	12.306	3	173	-	140	(162)	(2.053)	10.408
Outros empréstimos						, ,	, ,	
concedidos	99	_	_	-	_	(7)	-	92
Imobilizações em curso	4.006	-	-	_	-	-	-	4.006
Adiantamentos p/ conta								
investimentos financeiros	2.695	-	_	_	_	-		2.695
Total	161.082	3	167	8.657	11.404	(201)	5.499	186.611
		:				, ,,,		

A coluna de "Reavaliação/ajustamentos" corresponde às alterações na valorização dos investimentos financeiros decorrentes de: (i) aplicação do método da equivalência patrimonial às partes de capital em empresas associadas; e, (ii) alteração do valor de mercado de partes de capital em outras empresas participadas, cujas acções se encontram cotadas (Nota 23 c)).

Aplicação do método da equivalência patrimonial tem os seguintes impactos no semestre findo em 30 de Junho de 2004:

Ganhos/perdas em empresas associadas (Nota 44) Dividendos recebidos Ajustamentos de partes de capital (Nota 51)	14.347 (3.336) (2.095) 8.916
---	---------------------------------------

Os aumentos ocorridos nas rubricas de "Investimentos financeiros" no semestre findo em 30 de Junho de 2004, detalham-se como se segue:

Partes de capital em empresas associadas:

Subscrição de capital da Arenor Aquisição de 1,35% do capital da Cementos Antequera	10.960 259
Subscrição do capital de Auxiliar de Áridos	40
	11.259

As transferências registadas na rubrica de partes de capital em outras empresas participadas inclui 6.738 milhares de euros, correspondente a um aumento de participação na Imopar por incorporação de créditos.

Amortizações e provisões

	Saldo	Variação perímetro	Efeito			Transferências	Saldo
Rubricas	inicial	(Nota 14)	cambial	Aumentos	Alienações	e abates	final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	7.757	20	(46)	540	(52)	(93)	8.127
Despesas de investigação e de	1.131	20	(40)	340	(32)	(93)	0.127
desenvolvimento	16.676	_	63	237	(12.801)	_	4.174
Propriedade industrial e			00	201	(12.001)		
outros direitos	4.110	263	(94)	536	(4)	(78)	4.735
Diferenças de consolidação	365.849		(181)	33.228	-	(11.951)	386.945
Total	394.392	284	(258)	34.542	(12.857)	(12.122)	403.980
Imobilizações corpóreas:				_			
Terrenos e recursos naturais	32.958	_	21	1.246	_	1	34.226
Edifícios e outras contruções	787.789	36	(186)	13.469	(153)	557	801.512
Equipamento básico	2.033.579	3.065	3.251	44.412	(3.384)	2.208	2.083.130
Equipamento de transporte	56.681	162	124	1.859	(1.951)	2.953	59.828
Ferramentas e utensílios	5.608	8	29	240	(31)	1	5.855
Equipamento administrativo	35.128	28	133	1.509	(78)	40	36.760
Taras e vasilhame	117	-	-	-	-	-	117
Outras imobilizações							
corpóreas	5.936	46	22	317	(16)	(4)	6.302
Total	2.957.796	3.345	3.394	63.053	(5.613)	5.755	3.027.730
Investimentos financeiros: Partes de capital em outras							
empresas participadas Empréstimos a outras	3.418	-	-	408	(32)	6.330	10.124
empresas participadas Títulos e outras aplicações	772	-	(24)	-	-	-	748
financeiras	4.986	<u> </u>	<u>-</u>	20		(620)	4.386
Total	9.176		(24)	428	(32)	5.710	15.257

Conforme referido na Nota 23 b), as amortizações do imoblizado corpóreo são calculadas com base nas dotações anuais, com início no ano de aquisição ou de entrada em funcionamento dos bens. Desta forma, as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2004, incluem 3.822 milhares de euros, correspondente à estimativa de amortização para aquele período relativa aos bens que, de acordo com o plano de investimento, se prevê serem adquiridos ou entrarem em funcionamento até 31 de Dezembro de 2004 (Nota 53).

Nota 33. Dívidas a Terceiros a Longo Prazo

Para além das evidenciadas na Nota 56, existem noutras rubricas do passivo, dívidas a terceiros com prazo de vencimento superior a cinco anos de, aproximadamente, 4.714 milhares de euros, as quais estão relacionadas com a aquisição na área de negócios do Brasil de um conjunto de activos cimenteiros.

Nota 36. Relato por Segmentos

Segmentos geográficos

O Grupo Cimpor desenvolve a sua actividade em diversos mercados geográficos. A principal informação, em 30 de Junho de 2004, relativa a cada um destes mercados é a seguinte:

	PORTUGAL	ESPANHA	BRASIL	EGIPTO	TUNISIA	MARROCOS	ÁFRICA SUL	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
RÉDITOS										
Vendas externas	271.193	168.390	96.553	28.606	26.767	25.927	38.473	22.495	-	678.402
Vendas inter-segmentais	24.192	2.682	-	916	-	-	-	2.319	(30.108)	
Réditos totais	295.385	171.072	96.553	29.522	26.767	25.927	38.473	24.813	(30.108)	678.402
Resultados operacionais										
externos	29.986	48.828	13.138	798	2.685	8.569	12.604	3.893	-	120.500
Resultados operacionais										
inter-segmentais	21.425	(20.054)	(492)	625	(979)	(772)	432	(185)	-	
Resultados										
operacionais totais	51.412	28.774	12.646	1.423	1.706	7.796	13.036	3.708	-	120.500
Resultados financeiros										
externos	1.149	3.902	7.099	(2.321)	(156)	(28)	251	(13.713)	-	(3.816)
Resultados Financeiros										
inter-segmentais	(502)	(10.900)	(537)	-		-	(240)	12.180	-	
Resultados financeiros										
totais	647	(6.998)	6.562	(2.321)	(156)	(28)	11	(1.533)	-	(3.816)
Ganhos-perdas em										
associadas	14.347	-	-	-		-	-		-	14.347
Impostos s/ os lucros	(15.533)	(3.944)	(8.879)	346	142	(3.179)	(4.601)	(687)	-	(36.336)
Resultados de actividades										
ordinárias	50.872	17.832	10.329	(552)	1.692	4.589	8.446	1.487	-	94.694
Resultados extraordinários										
externos	(223)	369	(400)	(5.417)	674	467	(127)	134	-	(4.523)
Resultados extraordinários										
totais	(223)	369	(400)	(5.417)	674	467	(127)	134	-	(4.523)
Interesses minoritários	1.053	255	42	82		2.016		(67)	-	3.381
Resultado líquido	49.596	17.946	9.888	(6.050)	2.365	3.039	8.319	1.688	-	86.791
OUTRAS										
INFORMAÇÕES										
Activos do segmento	785.329	721.013	800.719	409.839	190.719	100.909	145.155	85.405	-	3.239.089
Activos inter-segmentais	15.422	365.224	-	1.777		-	560	976.968	(1.359.951)	
Investimento em associadas	84.230	13.144	-	-		-	-	-	-	97.374
Passivos do segmento	352.228	648.181	65.261	144.527	44.674	29.410	22.840	973.589	-	2.280.710
Passivos inter-segmentais	(2.722)	(969.548)	(20.219)	(351.105)	(877)	(622)	(11.425)	(3.431)	1.359.951	-
Dispêndios de capital fixo	23.417	22.242	6.104	7.086	6.879	3.927	738	643	-	71.036
Amortizações	29.477	16.199	26.995	12.767	5.487	3.966	4.209	2.316	-	101.417
Outros gastos não										
desembolsados (provisões)	4.389	1.071	182	-	105		323	831	-	6.902

Na generalidade dos mercados geográficos, a actividade desenvolvida enquadra-se, essencialmente, em três áreas de negócio. Por segmento de negócio, a principal informação, em 30 de Junho de 2004, é a seguinte:

Segmentos de negócio

Segmentos de Negócio	Vendas externas	Activo líquido	Dispêndios de capital fixo
Cimento	487.375	2.376.444	38.374
Betões e agregados	166.165	289.828	25.768
Outros	24.862	572.818	6.894
Total	678.402	3.239.089	71.036

Nota 38. Impostos Diferidos

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o rendimento (Nota 23, alínea I)).

O encargo de imposto registado no semestre findo em 30 de Junho de 2004, face ao resultado antes de imposto, pode ser apresentado do seguinte modo:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	126.508	
Diferenças permanentes	17.452	
	143.960	
Encargo normal de imposto		39.589
Beneficios fiscais		(6.695)
Diferença de taxas		2.959
Contingências fiscais		483
Encargo do periodo		36.336

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a amortização de *goodwill*, proveitos em investimentos financeiros e acréscimo de provisões não aceites como custo final.

A composição do encargo de imposto do período pode ser apresentada do seguinte modo:

19.688
16.165
483
36.336

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no semestre, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo	Imposto	Capital	Variação	Efeito	Saldo
	inicial	s/rendimento	próprio	perímetro	cambial	final
Activos por impostos diferidos:						
Reavaliações e ajustes às imobilizações	39.469	(2.926)	-	-	(182)	36.362
Prejuízos reportáveis	45.564	(9.999)	-	37	(3.601)	32.001
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	3.012	(1.687)	-	8	0	1.334
Provisões para riscos e encargos	7.776	649	-	-	52	8.477
Provisões para depreciação de existências	2.389	(201)	-	60	16	2.264
Outras provisões	2.541	1.302	-	-	2	3.845
Outros	4.381	(5.597)	34.243	-	(87)	32.940
-	105.132	(18.458)	34.243	106	(3.799)	117.223
Passivos por impostos diferidos:						
Reavaliação e ajustes às imobilizações	75.440	(3.327)	-	-	1.700	73.813
Investimentos financeiros	757	106	-	-	-	863
Reinvestimentos de mais-valias	662	(104)	-	2	-	560
Outros	5.572	1.031	390	-	(118)	6.876
-	82.430	(2.293)	390	2	1.582	82.112
Impostos diferidos líquidos	22.702	(16.165)	33.853	103	(5.381)	35.111

Os activos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam da existência de activos imobilizados cuja base tributável é superior ao respectivo valor contabilístico, decorrente da existência de reavaliações a nível das demonstrações financeiras individuais, as quais foram anuladas para efeitos de consolidação.

Os passivos por impostos diferidos resultam da existência de activos imobilizados cujo valor contabilístico é superior à respectiva base tributável decorrente, essencialmente, da atribuição de justos valores em processos de aquisição.

Os outros activos por impostos diferidos incluem, essencialmente, o efeito do registo dos instrumentos financeiros derivados da contabilidade da cobertura (Nota 11).

Estima-se que os impostos diferidos que irão ser revertidos a médio e longo prazo, ascendam a, aproximadamente, 90.200 milhares de euros de impostos diferidos activos e a 72.500 milhares de euros de impostos diferidos passivos.

Nota 39. Órgãos Sociais

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no semestre findo em 30 de Junho de 2004, foram, as seguintes:

Conselho de Administração	806
Conselho Fiscal	24
Total	829
=	

Nota 41. Reavaliações - Diplomas Legais

As imobilizações corpóreas das empresas incluídas na consolidação, sediadas em Portugal, foram reavaliadas, ao longo de vários exercícios, ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

Nota 42. Quadro Discriminativo das Reavaliações

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas, e correspondente reavaliação em 30 Junho de 2004, líquido de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	162.898	16.319	179.217
Edifícios e outras construções	246.160	47.368	293.528
Equipamento básico	610.350	625	610.975
Equipamento de transporte	7.812	-	7.812
Ferramentas e utensílios	1.102	_	1.102
Equipamento administrativo	9.891	31	9.922
Taras e vasilhame	16	-	16
Outras imobilizações corpóreas	2.944	_	2.944
Total	1.041.173	64.343	1.105.516

A diferença entre o saldo da rubrica "Reservas de reavaliação" (Nota 51) e o valor supra indicado (4.227 milhares de euros) corresponde à parcela daquele valor entretanto incorporada em capital.

Nota 44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2004	2003
	40.000	00.405
Juros suportados	48.962	36.135
Perdas em empresas do grupo e associadas (Notas 18 e 27)	70	79
Amortizações de investimentos em imóveis	20	20
Diferenças de câmbio desfavoráveis	17.350	16.997
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.670	1.479
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	17	-
Outros custos e perdas financeiros	4.357	7.723
	73.445	62.433
Resultados financeiros	10.531	(17.085)
Total	83.976	45.348
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	44.453	13.787
Ganhos empresas grupo e associadas (Notas 18 e 27)	14.417	2.409
Rendimentos de imóveis	240	314
Rendimentos de participações de capital	1.328	1.952
Diferenças câmbio favoráveis	15.889	13.239
Descontos de pronto pagamentos obtidos	371	3.124
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	129	5.420
Outros proveitos e ganhos financeiros	7.151	5.103
Total	83.976	45.348

O registo dos instrumentos financeiros derivados e da actualização ao justo valor dos investimentos financeiros e dos financiamentos (Notas 11, 23 e 56), quando aplicável, teve o seguinte impacto nos resultados financeiros do semestre findo em 30 de Junho de 2004:

Juros suportados	18.980
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12.830
	31.810
Juros obtidos	34.814
Diferenças de câmbio favoráveis	12.500
	47.314
Efeito Iíquido (Nota 11)	15.504

Nota 45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	2004	2003
		_
Donativos	253	426
Dívidas incobráveis	224	205
Perdas em existências	110	85
Perdas em imobilizações	109	442
Multas e penalidades	58	113
Aumentos de amortizações e provisões (Nota 46)	8.393	31
Correcções relativas a exercícios anteriores	245	347
Outros custos e perdas extraordinários	4.174	4.011
·	13.566	5.658
Resultados extraordinários	(4.523)	16.881
Total	9.043	22.539
Proveitos e ganhos		
Recuperação de dívidas	43	88
Ganhos em existências	48	752
Ganhos em imobilizações	1.095	2.597
Benefícios de penalidades contratuais	-	31
Reduções de amortizações e de provisões	6.034	5.530
Correcções relativas a exercícios anteriores	293	135
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.530	13.407
Total	9.043	22.539
- 		

Nas reduções de amortizações e provisões estão registados os efeitos da utilização e redução de várias provisões que tinham sido constituídas em anos anteriores, para fazer face a responsabilidades com reestruturações, riscos de cobranças duvidosas, e outros riscos diversos.

Nota 46. Movimentos em Provisões

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo	Variação	Efeito				Saldo
Provisões	inicial	perímetro	cambial	Aumento	Redução	Transferências	final
Provisões para aplicações de							
tesouraria	2.339	-	-	-	915	-	1.424
Provisões para dívidas de cobrança							
duvidosa	60.460	49	38	2.787	1.607	(5.710)	56.016
Provisões para riscos e encargos	127.949	-	476	13.119	2.939	-	138.605
Provisões para depreciação de							
existências	10.912	237	149	394	546	-	11.146
Provisões para investimentos							
financeiros	9.176	-	(25)	428	32	5.710	15.257
Total	210.836	286	639	16.728	6.039		222,448

Na coluna de "Transferências" está reflectido o efeito de diversas transferências efectuadas entre as rubricas de provisões e outras rubricas do balanço.

A provisão para riscos e encargos é composta por:

Os aumentos nas provisões foram efectuados por contrapartida de:

Provisões do semestre Custos extraordinários - Aumento de amortizações e provisões (Nota 45)	6.902 8.393
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 38)	483
Custos com o pessoal (Nota 21)	930
Outros	20
	16.728

Nota 50. Composição do Capital

Em 30 de Junho de 2004, o capital totalmente subscrito e realizado estava representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um euro cada uma, divididas em duas categorias:

Categorias	%	Nº de Acções
Acções privatizadas não cotadas Acções privatizadas e cotadas	10,05% 89,95% _	67.527.510 604.472.490 672.000.000
	=	672

Nota 51. Movimento nas Rubricas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aplicação resultados	Movimento acções próprias	Reserva de conversão cambial	Reclassificação reserva reavaliações	Outras variações	Resultado Iíquido	Saldo final
Capital	672.000	-	-	-	-	_	-	672.000
Acções próprias	(17.403)	-	1.869	-	-	-	-	(15.534)
Diferenças de consolidação	(13.541)	-	-	-	-	-	-	(13.541)
Ajust. part. cap. em filiais e assoc.	(30)	-	-	-	-	(2.095)	-	(2.124)
Reservas de reavaliação	64.531	-	-	-	(4.415)	-	-	60.116
Reserva legal	67.200	9.300	-	-	-	-	-	76.500
Reserva conversão cambial	(419.734)	-	-	(6.182)	-	1.727	-	(424.188)
Outras reservas	173.910	-	(37)	-	-	(791)	-	173.082
Resultados transitados	247.769	61.268	-	-	4.415	(43.996)	-	269.456
Resultado líquido do período	185.883	(185.883)	-	-	-	-	86.791	86.791
Total	960.586	(115.315)	1.832	(6.182)	-	(45.155)	86.791	882.557

Reserva legal:

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Acções próprias:

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registadas em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 588.605 acções a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 1.832 milhares de euros, de que resultou a diminuição em Outras reservas de 37 milhares de euros.

Em 30 de Junho de 2004, a Cimpor detinha um total de 4.751.960 acções próprias.

Reserva de reavaliação

A parcela da reserva de reavaliação realizada no semestre findo em 30 de Junho de 2004, por amortização ou alienação dos bens a que respeita, foi transferida para resultados transitados.

Reserva de conversão cambial

A reserva de conversão cambial resulta da conversão para euros das demonstrações financeiras das empresas participadas, incluídas na consolidação e denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, das diferenças de câmbio referidas na Nota 23 g).

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 14 de Maio de 2004, o resultado líquido do exercício de 2003, foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos Gratificações a empregados Resultados transitados Reserva legal	114.240 1.850 60.493 9.300 185.883
---	--

Os dividendos atribuídos às acções próprias e não distribuídos no valor de 775 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

Nota 52. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de Junho de 2004, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	17.863	16.552
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3.267	3.995
Imposto sobre o Valor Acrescentado	13.069	16.217
Contribuições para a Segurança Social	-	3.149
Outros	564	3.012
	34.763	42.925

Nota 53. Acréscimos e Diferimentos

Em 30 de Junho de 2004, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

8.410
5.091
7.031
20.532

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	9.883
Acréscimo de custos fiscais (a)	10.232
Encargos financeiros a liquidar	4.712
Benefícios de reforma a liquidar (Nota 21)	3.985
Acréscimo de amortizações (Nota 27)	3.822
Instrumentos financeiros derivados (Nota 59)	115.716
Outros acréscimos de custos	4.388
	152.738
Draveites diferides	
Proveitos diferidos	
Subsídios ao investimento	3.693
Outros	2.077
	5.770

(a) O normativo fiscal no Brasil inclui impostos que têm como base de incidência o valor da receita gerada em cada período. Uma das empresas participadas no Brasil está a questionar judicialmente a taxa de um dos referidos impostos, bem como a respectiva base de cálculo. O acréscimo de custos corresponde ao valor reclamado pelas autoridades fiscais desse país e que está a ser questionado por essa empresa.

Nota 54. Títulos Negociáveis

Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Activo bruto	Provisão	Activo líquido
Aplicações de tesouraria em EUR	218.549	(1.424)	217.125
Aplicações de tesouraria em BRL	65.831	-	65.831
Aplicações de tesouraria em USD	101	-	101
Aplicações de tesouraria em TND	235	-	235
	284.716	(1.424)	283.292

Nota 55. Interesses Minoritários

Os Interesses minoritários relevados no balanço consolidado em 30 de Junho de 2004 e na demonstração consolidada de resultados do semestre findo naquela data, correspondem à participação de terceiros nos capitais e resultados das seguintes empresas:

	Balanço	Resultados
Grupo Cimentaçor	1.950	462
Grupo Cimpor Betão	18.100	547
Grupo Corporacion Noroeste	9.840	256
Cement Trading Activities	1.025	43
Cimentos Moçambique	16.911	(67)
Asment de Temara	23.253	2.016
Companhia de Cimentos Brasil	534	42
Amreyah Cement Company	4.179	82
Outros	31	-
Total	75.823	3.381

Nota 56. Financiamentos

Em 30 de Junho de 2004 os financiamentos por maturidades e tipos eram os seguintes:

Médio e longo prazo:	
Empréstimos por obrigações	605.707
Dívidas a instituições de crédito	715.999
Outros empréstimos obtidos	8.383
	1.330.089
Curto prazo:	
Empréstimos por obrigações	2.853
Dívidas a instituições de crédito	307.890
Outros empréstimos obtidos	1.293
	312.036
Total	1.642.125

O detalhe das emissões de Empréstimos por obrigações no semestre findo em Junho de 2004, era o seguinte:

Emitente/Emissor	Data emissão	Taxa juro	Condições / reembolso	Valor
CIMPOR Financial Operations B.V. Cimentos de Moçambique S.A.R.L	27-Mai-04 13-Jun-02	Taxa fixa EUR 4,50% Maibor 3 meses + 2%	Em 27-Mai-2011 (i)	600.000 8.560 608.560

⁽i) 6 semestralidades a partir de 13 de Dezembro de 2004.

Em 30 de Junho de 2004 as dívidas a instituições de crédito apresentavam a seguinte composição:

Médio e longo prazo

Tipo de financiamento	oo de financiamento Moeda Taxa de juro		Valor
Syndicated Loan	EUR	Euribor + 0,50%	300.000
US Private Placements - 12 year	USD	4,75%	193.622
US Private Placements - 10 year	USD	4,90%	113.593
BEI Loan	EUR	EIB Basic Rate	60.000
Crédito Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	19.580
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	18.750
Industrial Investments	BRL	Several	7.758
Crédito Bilateral	EGP	11,70%	68
Diversos	EUR	-	2.627
			715.999

Curto prazo

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	Valor
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 0,675%	187.500
Papel Comercial	EUR	-	25.000
Crédito Bilateral	USD	Libor + 1%	6.784
Crédito Bilateral	EUR	Euribor + 1,5%	6.250
Crédito Bilateral	EGP	Caibor + 1,125%	4.343
Industrial Investments	BRL	Several	2.648
Crédito Bilateral	EGP	11,70%	571
Diversos	-	-	6.585
Descobertos	-	-	68.208
		•	307.890
		:	

Decorrente da aplicação das disposições do IAS 39, relativamente à contabilidade de cobertura, os "US Private Placements" incorporam as variações no respectivo justo valor, a partir do momento em que foram estabelecidas as relações de cobertura, no montante de 37.495 milhares de euros (Nota 11).

Em 30 de Junho de 2004, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valor em divisa	Valores em euros
EUR	-	1.257.551
USD	1.012.251,86	314.004
EGP	281.439,21	37.406
MZM	238.471.462,17	8.577
BRL	39.381,09	10.408
ZAR	6.295,45	826
MAD	67.324,17	6.138
TND	11.064,40	7.216
	ŕ	1.642.125

Em 30 de Junho de 2004, os financiamentos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso:

Ano	Empréstimos por obrigações	Empréstimos bancários e outros	Total
2005	1.427	18.333	19.760
2006	2.853	135.500	138.353
2007	1.427	141.111	142.538
2008	-	72.559	72.559
2009 e seguintes	600.000	356.879	956.879
	605.707	724.382	1.330.089

Os principais condicionalismos financeiros relacionados com os financiamentos existentes em 30 de Junho de 2004, são como segue:

Notações de Rating

Vários instrumentos de financiamento, nomeadamente os créditos sindicados e os empréstimos bilaterais de maior dimensão prevêem a indexação do respectivo *spread* à evolução da notação de *rating* da Standard & Poor's, reflectindo assim a valorização do risco destas operações para as instituições financeiras.

Controlo de Empresas Participadas

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por sub-holdings não prevê nos seus contratos a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Empresa - mãe para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.

Em 30 de Junho de 2004, as cartas de conforto prestadas pela Empresa - mãe e outras filiais ascendiam a 473.740 milhares de euros.

Financial Covenants

No mesmo tipo de operações de financiamento existem compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites previamente negociados (*financial covenants*).

Nos principais financiamentos, os rácios financeiros sobre os quais existem compromissos são:

- Divida líquida / EBITDA
- EBITDA / (Encargos financeiros Proveitos financeiros)
- EBITDA / (Encargos financeiros Proveitos de operações de cobertura)

Em 30 de Junho de 2004, os referidos rácios encontravam-se na sua totalidade dentro dos compromissos estabelecidos.

Negative Pledge

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *Negative Pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (superiores a 50 milhões de euros) prevêem normalmente um nível de contingências sobre activos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras.

Cross Default

A existência de cláusulas de *cross default* é igualmente uma prática corrente nos contratos de financiamento, estando presentes também na grande maioria dos instrumentos de financiamento do Grupo CIMPOR.

Nota 58. Imposto sobre o Rendimento

A Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente (Notas 23, alínea I) e 38).

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, localizadas em Portugal, encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos dos dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente.

Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos, para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 1999, surgiram correcções aos impostos liquidados, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações de imobilizado corpóreo.

O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto (a ser devido) é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento do valor em causa (se devido).

A contingência associada a esta situação encontra-se provisionada em rubrica específica de "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 46).

Nota 59. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo CIMPOR, desenvolvida no Relatório de Gestão (Consolidado), em 30 de Junho de 2004 estava contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afectam a sua carteira de activos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Área de Operações Financeiras. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

Decorrente da adopção do IAS 39 no registo dos instrumentos financeiros derivados, procedeu-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou

instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da referida norma (Nota 11).

Instrumentos de cobertura

Em 30 de Junho de 2004 os instrumentos financeiros derivados passíveis de serem qualificados como de cobertura de riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, eram os seguintes:

Montante	Tipo de Operação	Maturidade	Objectivo Económico
EUR 50.000.000	Compra de taxa fixa	2008	Cobertura de 17 % do Empréstimo Sindicado 2003-2008
EUR 11.055.832	Compra Forward EUR/ZAR	31-Dez-04	Cobertura de 22 % do capital da NPC
USD 150.000.000	Cross-Currency Swap EUR/USD	27-Jun-13	Cobertura de 100 % de capital e juros referentes à tranche de 10Y dos US Private Placements
USD 254.000.000	Cross-Currency Swap EUR/USD	27-Jun-15	Cobertura de 100 % de capital e juros referentes à tranche de 12Y dos US Private Placements
EUR 11.400.000	Cross-Currency Swap EUR/ZAR	27-Mai-05	Cobertura de 100 % de capital e juros referentes ao empréstimo intra-grupo concedido pela CIMPOR Inversiones

Instrumentos detidos para negociação

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2004, o Grupo tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio, com o objectivo de controlar o nível dos encargos e fluxos financeiros futuros, os quais por não se encontrarem reunidos todos os requisitos exigidos pelo IAS 39 por forma a designá-los como instrumentos de cobertura, estão qualificados como de negociação:

Montante	Tipo de Operação	Cobertura	Objectivo Económico
EUR 250.000.000	Venda de Floor sobre 10Y USD CMS	2009	Cobertura de 53 % da tranche EUR do Empréstimo Sindicado 2000-2005 liquidado em 30 de Junho de 2004 e posteriormente alocada à redução
EUR 250.000.000	Compra de taxa fixa com venda de swaption para taxa variável	2009	de exposição a taxa variável no portfolio global de dívida do Grupo
USD 75.000.000	Compra de taxa fixa	2005	Cobertura de 100 % da tranche em USD do Empréstimo Sindicado 2000-2005
EUR 50.000.000	Taxa fixa com venda de opção para taxa variável	2009	Cobertura de 17 % do Empréstimo Sindicado 2003-2008
EUR 216.723.549	Taxa variável condicionada	2015	Cobertura de 100 % da perna euro do swap para cobertura da tranche de 12 Y dos US Private Placements
EUR 36.036.036	Compra NDF EUR/BRL	31-Dez-04	Cobertura de 26 % de capital da CCB
EUR 20.000.000	Cross-Currency Swap EUR/BRL	17-Jun-05	Cobertura de 100 % de capital e juros referentes ao 5º FRN concedido pela CFL

Justo valor dos Instrumentos Financeiros

Em 30 de Junho de 2004, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

Custos diferidos	Acréscimos custos		
-	62.717		
8.410	53.000		
8.410	115.716		
	8.410		

Nota 60. Plano de Opções de Compra de Acções

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 14 de Maio de 2004, foram aprovados um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor.*

A atribuição aos beneficiários do *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

No Plano de Atribuição de Opções de Compra da Cimpor, a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Orgãos do Plano anteriormente referido, sendo-lhes concedido o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

As Opções exercidas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, relativamente a estes Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

PLANO	Nº acções	V. Unitário	Data
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2002	6.200	3,70	31 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2003	182.650	2,84	25 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - série 2004	266.000	3,20	28 de Maio
Aquisição de acções pelos colaboradores - ano 2004	133.755	3,28	17 de Maio
	588.605		

Em 30 de Junho de 2004, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

Nota 61. Eventos Subsequentes

Os eventos mais relevantes ocorridos após 30 de Junho de 2004 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Consolidado.

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Conselho de Administração

					Movimentos	em 2004	
Accionistas	Acções	N.º Títulos 31-12-03	N.º Títulos 30-06-04	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof.)	Cimpor	9.090					
			12.130	3.040		3,28	17-Mai-04
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr.)	Cimpor	1.620					
	•		2.150	530		3,28	17-Mai-04
Jacques Lefèvre (Dr.)	Cimpor	1.120					
			1.650	530		3,28	17-Mai-04
Jean Carlos Angulo (Eng ^o)	Cimpor	3.240					
reali Carlos Angulo (Eng)	Cimpor	3.240	4.760	1.520		3,28	17-Mai-04
			4.700				
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Engº)	Cimpor	30.750		17.500		2,84	25-Mar-04
				6.360 3.500		4,22 4,23	14-Abr-04 14-Abr-04
				6.640		4,23	14-Abr-04
				2.740		3,28	17-Mai-04
			101.490	34.000		3,20	28-Mai-04
Luís Filipe Sequeira Martins (Engº)	Cimpor	21.370					
				14.000	7.370	4,15	05-Jan-04
				14.000 2.590		2,84 3,28	25-Mar-04 17-Mai-04
				27.000		3,20	28-Mai-04
			57.590				
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr.)	Cimpor	19.170		14.000		2,84	25-Mar-04
				2.590		3,28	17-Mai-04
			62.760	27.000		3,20	01-Jun-04
			02.700				
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.)	Cimpor	60.240		21.000		2,84	25-Mar-04
				2.820		3,28	17-Mai-04
			124.060	40.000		3,20	28-Mai-04
Ioão Salvador dos Santos Matias (Dr.)	Cimpor	1.620					
João Salvador dos Santos Matias (Dr.)	Cimpor	1.020		530		3,28	17-Mai-04
			2.150				
Manuel Ferreira (Dr.)	Cimpor	1.620		530		2 29	17-Mai-04
			2.150	530		3,28	1 / -Ma1-04
Vicente Arias Mosquera (Dr.)	Cimpor	-					
-	-		530	530		3,28	17-Mai-04
			330				

Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

				Movimentos em 2004			
Accionistas	Título	N.º Títulos 31-12-03	N.º Títulos 30-06-04	Aquisições	Alienações	P.U.	Data
Tedal, SGPS, S.A.	Acções	66.700.000	66.700.000				
Atlansider, SGPS, S.A.	Acções	695.000	695.000				

Notas:

- As aquisições realizadas em 25 de Março de 2004, foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções Opções Derivadas Série 2003.
- As aquisições realizadas em 17 de Maio de 2004, foram efectuadas no âmbito do "Regulamento sobre a Aquisição de Acções pelos Colaboradores Ano 2004".
- As aquisições realizadas a 28 de Maio de 2004, foram efectuadas no âmbito do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo".

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas conhecidas a 30 de Junho de 2004

Accionistas	Nº de Acções	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto (1)
Teixeira Duarte, SGPS, S.A.(2)	215.570.230	32,08%	32,31%
Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização	83.375	0,01%	0,01%
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. Por si Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização	134.339.370 67.527.510 111.860	19,99% 10,05% 0,02%	10,12%
Através da sociedade por si dominada Tedal, SGPS, S.A. Por si Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização	66.703.240 66.700.000 3.240	9,93% 9,93% 0,00%	10,00% 10,00%
Através da sociedade por si dominada TDG, SGPS, S A Por si Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização	3.054.345 3.034.345 20.000	0,45% 0,45% 0,00%	0,45%
TDP, SGPS, S.A. Por si Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização	78.235.000 78.225.000 10.000	11,64% 11,64% 0,00%	11,72%
Lafarge Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização Através da sociedade Ladelis, SGPS, Lda. dominada pela sociedade Lafarge Asland, S.A. por si controlada	84.908.825 1.120 84.907.705	12,64% 0,00% 12,64%	0,00%
·		•	•
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português	67.200.000	10,00%	•
Cartera Lusitania, S.A. Através da sociedade de si dependente Libergeste, SGPS, Lda	64.623.890 64.623.890	9,62% 9,62%	•
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	58.947.945	8,77%	•
C. + P.A Cimentos e Produtos Associados, S.A.	30.589.753	4,55%	·
Por si Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização	30.578.753 11.000	4,55% 0,00%	4,58%
Merrill Lynch International	29.332.295	4,36%	4,40%
ING Groep NV Através da sociedade por si detida ING Bank NV Através da sociedade por si detida ING Bank NV, London Branch	27.632.295 27.632.295 27.632.295	4,11% 4,11% 4,11%	4,14%
Bipadosa, S.A. Através da sociedade sua subsidiária Metalúrgica Galaica, S.A. Através da sociedade integralmente por si detida LAF 98, SL Por si	13.425.151 13.425.151 13.425.151 12.417.851	2,00% 2,00% 2,00% 1,85%	2,01% 2,01%
Através da sociedade por si detida a 50% (3) Atlansider - SGPS, S.A Por si Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização	1.016.390 695.000 9.090	0,15% 0,10% 0,00%	0,15% 0,10%
Através da sociedade integralmente por si detida Atlansider - Comércio de Produtos Siderúrgicos Lda	312.300	0,05%	0,05%
Através da sociedade por si detida a 50% (3) Atlansider - SGPS, S.A. Por si Através dos membros dos seus orgãos de administração e fiscalização Através da sociedade integralmente por si detida Atlansider –	1.016.390 695.000 9.090	0,15% 0,10% 0,00%	0,10%
Comércio de Produtos Siderúrgicos Lda (1) Considerando 4.751.960 acções próprias a 30/06/04	312.300	0,05%	0,05%

⁽¹⁾ Considerando 4.751.960 acções próprias a 30/06/04

Nota: Participações Sociais Qualificadas apresentadas conforme comunicadas oficialmente à sociedade.

⁽²⁾ Em cumprimento de ordem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para imputação destas participações, nos termos conjugados dos artigos16º, 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

⁽³⁾ Só imputadas uma vez no apuramento da posição da Metalúrgica Galaica, S A



Deloitte & Associados, SROC S.A. Inscrição na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha Pr. Duque de Saldanha, 1–6° 1050-094 Lisboa Portugal

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM

SOBRE A INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SEMESTRAL

Introdução

- 1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2004, de Cimpor Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), incluída: no relatório de gestão, no balanço consolidado, que evidencia um total de 3.239.089 milhares de Euros e capitais próprios de 882.557 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 86.791 milhares de Euros, nas demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e dos fluxos de caixa consolidados do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
- As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e das empresas suas participadas, incluídas na consolidação.

Responsabilidades

- 3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.



Página 2 de 3

Âmbito

- 5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo , e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código de Valores Mobiliários.
- O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2004 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.





Página 3 de 3

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 11 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2004, a Empresa adoptou com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, as disposições da norma internacional de contabilidade - IAS 39, no que respeita ao reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados contratados e à contabilização de operações de cobertura. Decorrente da adopção daquelas disposições, os resultados transitados foram diminuídos em 44.539 milhares de Euros, pelo efeito da mensuração daqueles instrumentos de exercícios anteriores e o resultado do semestre findo em 30 de Junho de 2004 foi aumentado em 10.080 milhares de Euros. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas do semestre findo em 30 de Junho de 2004 não são integralmente comparáveis com as do período anterior.

Lisboa, 24 de Setembro de 2004

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Carlos Pereira Freire